



MUNICÍPIO DE LAGOA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 07/2022-----

-----1ª Sessão Extraordinária de 2022-----

-----19 de abril de 2022-----

-----Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Victor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
António Miguel Bicas Guerreiro	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista



Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Junta de Freguesia de Porches
Luís Filipe Santos Alberto	Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas-vindas à sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2022, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores deputados Municipais, os senhores jornalistas, os senhores convidados, os cidadãos presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão através das plataformas digitais Youtube e Facebook do município, assim como da Lagoa TV. Fez uma saudação e um agradecimento especial aos técnicos e funcionários do município que apoiavam aquela sessão e asseguravam a sua transmissão em direto. A Mesa advertiu que todos desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não interferir no normal desenvolvimento dos trabalhos, bem como na qualidade da transmissão e da gravação da sessão. Informou que aquela sessão era transmitida em direto, gravada em suporte áudio e vídeo e a gravação da sessão publicada



no site da Assembleia Municipal e no Youtube do município. Disse ainda que não era permitido o registo de som e imagem exceto para órgãos de comunicação social. Explicou que os cidadãos participantes na sessão deveriam no início da sua intervenção autorizar a Assembleia Municipal de Lagoa a utilizar o registo de imagem, som e voz para efeitos de gravação de áudio e vídeo da sua intervenção, por forma a podê-los transmitir em streaming e ficarem gravados e acessíveis aos cidadãos. Referiu que os microfones não deveriam passar de mão em mão sem previamente serem higienizados após cada utilização pelos assistentes de sala, afirmando que ainda continuava a ser obrigatório o uso de máscara. Feitas as saudações, agradecimentos e também as advertências, declarou aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2022. Feita aquela breve introdução e fundamentação legal, deu-se início à Ordem de Trabalhos. -----

-----I – Período de Intervenção dos Cidadãos (ao abrigo do Art.36º n. 2º do regimento) -----

---**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que não chegaram à mesa até às 17:00h, data consignada no edital, daquele dia qualquer inscrição para o uso da palavra por parte dos cidadãos, sendo que a única inscrição deu entrada às 17:28, portanto, fora do prazo previsto no edital e por outro lado, as matérias nele contempladas não respeitavam o disposto no artigo trinta e seis número dois do regimento, que «refere que nas sessões extraordinárias as intervenções do público circunscrevem-se exclusivamente sobre os pontos da ordem do dia». Explicou que as questões que foram colocadas para além de ser extemporâneo o pedido do uso da palavra, também não obedeciam àquele requisito regimental. Uma vez que não houve inscrições passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-----II – Período da Ordem do Dia: -----

-----Substituição de deputados municipais-----

-----Observaram-se os seguintes pedidos de substituição, devidamente justificados: A senhora Deputada Municipal **Carlota Dolores Cardoso Andrade**, pelo senhor Deputado Municipal **Nelson André Barroso Fernandes** que, por sua vez é substituído pelo senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita**, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão**, pelo senhor Deputado Municipal **Cláudio Rodrigues**, que por sua vez pediu a sua substituição pelo senhor Deputado Municipal **Jorge Frieza**, tendo pedido substituição pela senhora Deputada Municipal **Catarina Vieira**, esta substituída pelo senhor Deputado Municipal **António Miguel Bicas Guerreiro**, o senhor Vereador **Francisco José Malveiro Martins**, pelo senhor Vereador **Nuno Amorim**, que, por sua vez é substituído pela senhora Vereadora **Rita Conceição Ruivinho**. Pediu a confirmação ao Partido Chega da nota recebida via e-mail em que: Cláudio Rodrigues informou que já não pertence ao Partido Chega. A senhora Deputada Municipal **Carla Isabel de Jesus Serol**, pela senhora Deputada Municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**. -----



--- Deputados Municipais que não estiveram presentes, mas apresentaram justificação:-----

--- Carlota Dolores Cardoso Andrade; Nelson André Barroso Fernandes; Carla Isabel de Jesus Serol; Maria de Lurdes Rego Alemão; Cláudio Rodrigues; Jorge Frieza; Catarina Vieira; Rute Alexandra Barroso Sobreira. -----

-----1º Ponto – **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou todos os presentes, informando-os que era a primeira vez que naquele mandato autárquico tinham uma revisão ao orçamento e às grandes opções do plano, achando que o documento estava bem explicado, elucidativo de onde provinha a verba que queriam adicionar ao orçamento que tinha sido aprovado no mês de novembro. Em seguida apresentou uma breve explicação acerca do documento, começando pelo final do documento, na página seis, pelo saldo da gerência anterior que já era conhecido, de onze milhões cento e treze mil setecentos e dezasseis ponto noventa e cinco, «que deve ser incluído nos termos da lei no orçamento para 2022». Relativamente aos seiscentos mil euros, que correspondiam à participação comunitária nos projetos cofinanciados pelo PRR, naquele caso no projeto Lagoa Mais Sustentável, esperava que aquela fosse a primeira de muitas vezes que iam ter a necessidade de ao longo do mandato poderem trazer ali alterações e revisões orçamentais, por forma a incluir verbas vindas do PRR. Explicou que aquela verba em concreto decorria de uma candidatura que foi vencedora do município de Lagoa, que tinha a ver com a instalação na área dos Alporchinhos e que isso também já tinha sido apreciado em sede daquela Assembleia, para colocarem as zonas de medição e controlo, ZMC. Explicou que tinham que incluir a verba que iam receber do Estado para poderem incluí-la no orçamento, de seiscentos mil euros. Esclareceu que os dois milhões onze mil euros e oitocentos e vinte e seis ponto vinte, decorriam da transferência de competências, isto é, a aplicação da lei 50/2018, em particular nas áreas da saúde e do ensino nos termos daquilo que estava estipulado na lei, nos acordos e os contratos que foram firmados pela autarquia. Em relação ao aumento de um milhão quinhentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta ponto trinta e um, «este aumento no imposto municipal sobre transmissões onerosas, ou seja, o IMT» presume que seja das poucas vezes, talvez a primeira vez que numa Assembleia, numa revisão orçamental em função e cumprindo aquilo que está na lei, se introduz um aumento àquilo que é a receita a partir de um dado concreto que é o aumento considerável que estão



[Handwritten signature and initials in blue ink]

a ter de um imposto direto que é o IMT «mas justifica-se claramente porque, tendo em atenção que em 2021 e para quem esteve atento a esses dados o município recebeu de IMT cerca de onze milhões de euros que já constituíam um aumento de cerca de trinta por cento relativamente a 2020». Disse que a verdade era que nos primeiros três meses de 2022, a verba total que já tinham arrecadado em sede de IMT cifrava-se nos quatro milhões cento e sessenta e nove duzentos e quarenta ponto vinte e seis, o que significava um aumento naqueles primeiros três meses de cerca de dois milhões e duzentos mil euros no IMT e, portanto, justificava claramente que se pudesse incorporar, e nos termos da lei, aquela verba no orçamento para que pudessem trabalhar com números mais reais. Antes de passar às despesas, referiu que os dados apresentados diziam respeito às receitas. Em termos de despesa, afirmou que aqueles quinze milhões, que eram a soma daquelas parcelas que enumerou, quinze milhões duzentos e noventa e sete oitocentos e noventa e sete ponto quarenta e seis eram distribuídas da forma que estava explícita nos documentos que foram aprovados em Câmara e distribuídos à Assembleia. Deu nota que tinham começado a preparar aquela revisão orçamental em fevereiro daquele ano e que a realidade que tinham no país e no mundo na altura era diferente da realidade atual. «Aquilo que nós hoje vivemos é um tempo de grande incerteza, de grande incógnita em que as questões fundamentais mudam a uma grande velocidade». Garantiu que era preciso preparar aquele documento e aplicar aqueles quinze milhões de euros, fazendo-o com a preocupação de deixar que o orçamento do município para o ano 2022 tivesse a elasticidade necessária para acompanhar aquilo que era a evolução da realidade que viviam, sobretudo no sentido de poder acompanhar aquilo que eram as necessidades que lhes pudessem vir a chegar, e aquele era o primeiro compromisso, a primeira nota que o Presidente queria dar do ponto de vista político. Tal como já havia referido na última reunião, voltou a frisar que o primeiro compromisso daquele executivo seria sempre não deixar nenhum lagoense para trás, «e num cenário em que se vive numa perfeita economia de guerra, em que veem todos os dias uma inflação que começa a ser preocupante, uma inflação com algum sentimento galopante, quando têm a subida considerável dos combustíveis, de dois bens essenciais que são o gás e a eletricidade, quando continuam a ter problemas com o aumento das matérias-primas e com o aumento dos custos que estão associados à mão-de-obra e sobretudo com essa incógnita daquilo que o futuro vai trazer, têm que ter alguma atenção e têm que ter muito cuidado». Disse ainda que aquela revisão orçamental tinha como objetivo reforçar aquilo que eram as verbas e as rubricas necessárias para, em primeiro lugar, acudir às necessidades dos lagoenses, tal como tinham feito nos últimos dois anos de pandemia, com o compromisso de não deixar nenhum lagoense para trás. Para além daquele compromisso e primeiro objetivo estabelecido pelo executivo, afirmou que iriam continuar aquilo que tinham feito até ao momento, ou seja, cuidar do espaço público. Acha que



importa diversificar ainda que tenham que estar todos alertas com aqueles ensinamentos que a pandemia trouxe, mas no curto e no médio prazo o turismo vai ser a principal atividade económica de Lagoa, a base da sua economia e, portanto, têm que estar atentos àquela realidade e continuar a ter e a primar para que Lagoa seja um território atrativo em todas as suas valências. Considerou que cuidar do espaço público era a segunda prioridade do executivo, porque tinham que ter uma sala de visitas exemplar para todos aqueles que visitavam Lagoa. Em terceiro lugar, referiu que iriam continuar e dar continuidade àquele projeto que tinha por objetivo afirmar Lagoa enquanto cidade educadora, enquanto cidade sustentável, enquanto cidade ativa, enquanto cidade saudável, enquanto cidade inteligente e naquele sentido, trabalharem naquilo que era o bem-estar das suas populações, continuando aquela aposta forte que se fazia ao nível do desporto, ao nível da educação, ao nível da ação social e ao nível da cultura, por forma a que o município se continuasse a posicionar de forma estratégica como um concelho atrativo para se estar, para se visitar, para se viver. Referiu que uma das últimas prioridades do executivo serão as obras e que as farão em função daquilo que é a necessidade que o município tem obviamente das mesmas, bem como os munícipes e o concelho, com a particularidade de olharem para elas e fazê-las sempre que os seus recursos o permitam e sempre que estejam acautelados aquilo que são aqueles princípios básicos e aquelas prioridades que consideram como fundamentais e essenciais. Antes de terminar a sua intervenção, mostrou-se disponível para responder às questões que quisessem colocar relativamente àquela proposta de revisão orçamental. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** cumprimentou todos os presentes e disse que a posição do PSD sobre aquele ponto já era conhecida, na medida em que já votou na Câmara, «o sistema eleitoral autárquico tem esta característica, que é representar nos dois órgãos e acaba por deixar desde logo antever a posição». Referiu que enquanto grupo municipal se reviam na posição expressa pelo seu vereador quanto àquele ponto, que era, aliás, em linha com aquilo que tinha sido a sua votação em relação ao orçamento, sendo evidente que se reviam e subscreviam a necessidade de em sede orçamental acautelar aquilo que a incerteza do futuro podia trazer aos lagoenses e a todos os europeus. Mostrou-se preocupado com a questão que o senhor Presidente citou, achando que também deveria ser uma preocupação de todos, não só da inflação e do aumento dos preços, mas também em áreas que são vitais no Algarve, o aumento dos custos de produção na construção civil e que de repente aquilo que naquele momento era o tocar de recordes



em termos de IMT e tudo mais associado, que de um momento para o outro não sabem. Achava que toda aquela situação devia estar acautelada e um orçamento que tivesse aquela preocupação, merecia o benefício da dúvida do PSD. Em sede daquilo que eram obras e obras importantes, deixou um alerta, referindo que entendia perfeitamente, revendo-se e pensando que toda a bancada do PSD se revia no slogan de não queremos deixar nenhum lagoense para trás e aquilo era verdade. No entanto, considerava como primeiro ponto, como meta que deviam ter, levar todos os lagoenses para a frente e, levar todos os lagoenses para a frente, significa levar Lagoa enquanto concelho e área para a frente e não esquecer aquilo que há muito vão dizendo que é, há obras que não são obras politicamente simpáticas, mas absolutamente necessárias para garantir o futuro, e o futuro pelos custos que tem deve ser garantido quando o município tem saúde financeira, porque são obras que são caras. Referiu-se às condutas adutoras de água e a todas as obras de água e saneamento que a Câmara tinha que acautelar, «porque temos redes já bastante antigas». Considera que não é quando não tiverem dinheiro, não acautelando agora que têm a possibilidade que não o devem fazer e, portanto, confiando na palavra do senhor Presidente e naquilo que assumiu como um desígnio e um objetivo, o PSD e o grupo municipal iria abster-se naquele ponto, confiando que isso seria uma realidade. Alertou a Câmara e o senhor Presidente que iria estar atento e iria exigir que aquilo que eram definidas como prioridades efetivamente teriam concretizações, «porque algumas das obras que estão previstas e que têm sido referidas como bandeiras e como desígnios, como por exemplo os silos autos de Ferragudo e do Carvoeiro, não basta, nomeadamente o de Carvoeiro, referir como um desígnio, é preciso concretizar-se, porque efetivamente até ver, a nossa atividade principal é o turismo, o turismo pressupõe atrair pessoas e o estacionamento em condições é a melhor forma de atrair pessoas e, portanto, temos de passar da bandeira à concretização». Afirmou que todos os equipamentos que têm um custo considerável, muitas das vezes são muito equacionados se vale a pena, mas normalmente e naquele concelho todos aqueles equipamentos que se avançou a fazer, por muitas dúvidas e muitas críticas que tivessem suscitado no momento do arranque, atualmente acha que todos se orgulham de os ter e os dão como absolutamente necessários. Considerou que as obras programadas eram importantes, mas era importante fazê-las de forma ponderada, consciente, tendo em conta o custo que tinham, o custo que poderiam ter e o não ultrapassar e, portanto, tendo tudo aquilo presente e tendo a expectativa que se sobrasse algum dinheiro e não fizesse todo falta, pelo menos na preparação do próximo orçamento, também que fosse tido em atenção o aspeto da receita e não só o da despesa, o PSD iria votar em abstenção. -----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim João Lopes Paulo. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal Joaquim João Lopes Paulo cumprimentou todos os presentes e disse que esteve a ouvir com muita atenção o deputado Joaquim Cabrita e deu-lhe um *live* e lembrou-se do seu conterrâneo Cavaco Silva quando esteve no governo, quando acabou com a frota pesqueira do país e depois quando voltou vindo de marte, caiu na Presidência da República e fez do mar a sua bandeira e aquele tipo de argumentação que estava a ouvir sobre a mudança da calendarização em termos de substituição das condutas, deu-lhe a sensação que nunca lá estiveram. «Nós é que estamos cá há pouco tempo, mas temos que efetivamente resolver o problema de uma vez por todas, porque é um problema antigo, que ninguém esteve cá, mas que agora nós temos que resolver». Disse ao deputado por um lado que era importante que ele tivesse aquela noção que o executivo que estava em cima tinha a noção que tinha que revitalizar, renovar com muita urgência um problema já muito antigo que devia ter sido feito há já muito mais tempo e por outro, que atualmente é que estavam, através do executivo, a realizar aquelas obras e que em boa hora avançaram com aquele tipo de intervenção. Relativamente aos silos, explicou que até ao momento nunca tinha havido nada naqueles projetos e que o executivo continuava e estava atento àquela situação e ia avançar certamente com Ferragudo e Carvoeiro, pelo menos era o que o deputado esperava e achava que iriam concretizar, uma situação que deviam ter feito há muito mais tempo. Acha importante que se diga que estão na Câmara há pouco tempo, têm aquele tipo de projetos, têm aquele tipo de intenção de renovar todo o sistema de águas no concelho que já devia ter sido feito há muito tempo e finalmente dotar o concelho de silos que há muito tempo deviam ter sido previstos para aquele concelho que muito merece. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos, cumprimentou todos os presentes e referiu que na sequência daquilo que o seu colega de bancada Joaquim João falou, queria traçar alguns dados acerca daquilo que a bancada do Partido Socialista tinha a dizer sobre aquela proposta, começando por dizer que tinha total apoio daquela bancada a proposta apresentada. Considerando de certa forma, aliás como ponto principal, a forma responsável como era apresentado o documento, «que é uma coerência grande relativamente a outras questões relativas à gestão dos dinheiros públicos». Disse que o Partido Socialista tinha tido aquele cuidado e



[Handwritten signature]

mais uma vez isso estava ali provado no documento apresentado. Relativamente à questão do conteúdo da proposta, registam que na realidade o concelho precisa da mesma forma que o restante país, que a retoma económica seja uma realidade, não é só pensarem que o Algarve teve no período da Páscoa uma procura grande, têm que pensar que no período do verão terão que estar preparados para receber as pessoas que os visitam e poderem contribuir para aquela retoma económica. Alertou que estavam atentos não só às obras estruturantes para o concelho, mas também a aposta na habitação e o apoio às empresas e às famílias. Referiu que houve um cuidado em reforçar o apoio às IPSS, não esquecendo também a educação, cultura, ação social e desporto. «Portanto, seja como for isto é um dinamismo que é visível neste executivo, não podemos esquecer isso». Afirmou que de qualquer forma havia uma questão que para o Partido Socialista era importante relativamente às transferências de competências nas áreas da saúde e educação, «quando se pensa que os dois milhões de euros que vêm, pode ser um número realmente engraçado, mas eventualmente será analisado posteriormente depois de ver que custos é que terá a transferência de competências». Disse que o senhor Presidente depois na altura iria informar aquela Assembleia de como é que os trabalhos se iam realizando e os custos que aquela transferência de competências ia tendo. Relativamente aos investimentos que são feitos e por aquilo que se verifica nas escolas do concelho, nomeadamente da cidade de Lagoa que vão ser alvo, já foi falado também noutras sessões acerca da requalificação da ESPAMOL e na abertura à população no que diz respeito aos equipamentos desportivos. Explicou que já tinham falado sobre aquele assunto, mas que consideravam de grande importância aquilo que o município estava a fazer naquela escola. Na área da saúde, consideravam importante garantir que os cuidados de saúde chegassem a toda a gente, esta é uma forma, pensa o deputado, bem pensada que isso aconteça, a deslocalização do centro de saúde de Ferragudo, falando da criação de uma nova unidade de saúde familiar para servir a zona mais ocidental do concelho, «de certa forma melhorar todas as outras extensões de saúde». Afirmou que não ia repetir aquilo que já se tinha falado acerca da sustentabilidade, é um investimento muito importante especialmente nas ZMC, zonas de medição e controlo. Já se falou ali muitas vezes sobre isso e pensa que os seiscentos mil euros que estão ali aplicados poderão iniciar um processo que consideram que irá correr bem, irá resolver os problemas da rede de abastecimento. Abordou ainda a questão da guerra que existe na Europa, assim como a inflação resultante daquilo que advém de uma situação daquelas e a preocupação de que poderá vir mais desemprego não só para o país, mas especificamente para o concelho, pensando que com a aplicação daquele dinheiro o município poderia estar bem preparado para acudir a situações mais prementes. Afirmou que não ia falar nas obras todas que estavam descritas no documento, uma vez que já tinham sido faladas, achando que era de certa forma uma tentativa de que as coisas não



paravam e que as obras prometidas se iriam realizar. «Resumidamente há uma continuidade no rigor e transparência naquilo que tem sido feito, e sem prejuízo daquilo que foi feito, quer por aquele, quer por outros executivos». Referiu que a dinâmica imposta por aquele executivo ia ao encontro das necessidades do concelho. Antes de terminar a sua intervenção, afirmou que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente o documento. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que o senhor Presidente da União de Freguesias e seu parente sentia necessidade de se meter com ele e não sabia porquê, porque a verdade era aquela, que a informação estava disponível e bastava verificar. O PSD em 2013, deixou nos cofres da Câmara, enfim, foi mais nas contas bancárias, dinheiro que tinha recorrido ao PAEL, exatamente para fazer aquela renovação de condutas, porque exatamente logo naquela altura aquilo era e tinha sido assumido como uma prioridade. O PSD enquanto foi Câmara fez muitas condutas, mas não vai dizer porque o senhor Presidente sabe que as condutas não duram para sempre e têm que ser temporariamente renovadas. Explicou que as condutas de água de Lagoa maioritariamente já tinham uns largos anos, só que desde 2013 até ao momento já tinham passado nove anos. Afirmou que não estão há pouco tempo no poder como o senhor Presidente da Junta e deputado dizia, sabendo que podia dar a sensação que era pouco tempo, pois quando estão todos os dias ocupados o tempo voa. Esclareceu que eram nove anos, estando no terceiro mandato e que aquela prioridade tinha sido falada e devia ter sido assumida há muito, há algum tempo atrás, garantindo que o voto que o PSD ia dar era exatamente convicto de que ia e na esperança que iria avançar. Frisou que o que tinha dito era que estavam ali para depois cobrar, pois era assim que se fazia a política. Disse que não era preciso estar sempre contra, quando achava que até tinha feito uma intervenção relativamente calma, tranquila e apaziguadora. Folga que se vá utilizar, esperando e querendo acreditar que se vá utilizar «e nunca nós dissemos que fizemos tudo bem». Garantiu que aquela era uma preocupação que já tinham. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** cumprimentou todos os presentes e disse que se não estava equivocado aquele dia era um dia especial para o concelho. Logo esperava e gostaria de ouvir umas palavras do senhor Presidente ou da Câmara,



ou da Assembleia Municipal, pois aquele era o dia de elevação de Lagoa a cidade. Em segundo lugar, afirmou que era conhecida a posição do MLP relativamente àquele documento, que vinha na sequência do plano de atividades e orçamento. No entanto, queria deixar expresso que no MLP não tinham problemas nenhuns em assumir que face às alterações das circunstâncias que podiam ocorrer num mundo de mudanças tão rápidas como as que estavam a ocorrer, que algumas obras que até consideravam importantes por vezes tivessem que cair. Afirmou que o problema não estava aí, estando por vezes na falta de clarificação e explicação relativamente aos motivos que levavam a que as coisas caíssem, não podendo explicar à opinião pública os motivos que a isso conduziam. Garantiu que não tinham problemas, porque sabiam e tinham a consciência que as mudanças que estavam a ocorrer eram tão rápidas e tão poderosas que tinham interferência clara com aquilo que naquele momento estavam a pensar executar. Garantiu não terem dúvidas sobre isso e não terem nenhum pejo em qualquer altura em reconhecer a justiça de algumas alterações que possam ocorrer, «tendo em atenção que algumas das obras que não são executadas já não são por esse motivo, são por falhas claras, ou no lançamento de concursos, ou nas opções feitas, ou na incapacidade em executá-las, e isso é outro motivo». Em relação às obras decorrentes de situações que se alteram, deixou claro que há que assumir as responsabilidades por um lado, e por outro, dizer frontalmente os porquês, e as coisas têm uma explicação. Afirmou que queria deixar ao senhor Presidente da Câmara algumas dúvidas que tinha e perguntas que gostava de fazer. Relativamente aos equipamentos sociais previstos para a Quinta de São Pedro e da Santa Casa da Misericórdia de Lagoa, perguntou o que é que se passava, parecendo-lhe que havia um retrocesso e gostava de saber porquê, qual era a posição do município, porque na sua opinião eram equipamentos não das instituições, mas necessários para o concelho. Afirmou que aquilo era um problema do concelho e que tinham ali respostas que tinham que dar às populações do concelho e, portanto, gostava de perceber qual era a situação concreta, o que é que pensava o município fazer, pois o que encontrava ali, julgava ele, era um vazio em termos imediatos. Relativamente à habitação em Porches, gostava de saber qual era a densidade habitacional daquele bairro atualmente. Com o projeto que a Câmara ia executar qual passaria a ser a densidade habitacional daquele empreendimento. Perguntou ainda qual era o espaço que estava reservado para as zonas verdes coletivas do empreendimento e qual o número de pessoas inscritas para aquele programa de habitação social oriundas da freguesia de Porches. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e esclareceu que efetivamente não se tinha feito a invocação do vigésimo primeiro aniversário da elevação de Lagoa a cidade, uma vez que se tratava de uma Assembleia Municipal Extraordinária que não tinha o período antes da ordem do dia. Afirmou que no Facebook do



município foi feita essa invocação do aniversário. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos**, disse que relativamente àquilo que o deputado Joaquim Cabrita falou sobre reconhecer, tinha que lhe dizer que na realidade havia uma grande coerência entre aquilo que era tratado ou votado no executivo, ou na Câmara e na Assembleia. Nem sempre acontecia, mas pelo menos com o PSD aconteceu. Relativamente ao reconhecimento, afirmou que a bancada do Partido Socialista reconhecia, nem sempre o fazia, mas naquele dia tinha reconhecido o trabalho que outros executivos fizeram, tanto que na parte final da sua intervenção falou sem prejuízos nem crítica ao que tinha sido feito por aquele e por outros executivos, salientando que «a dinâmica deste é realmente superior». Voltou a dizer ao deputado que a bancada do Partido Socialista também reconhecia o trabalho que foi feito pelo PSD enquanto esteve na Câmara. -----

-----**José Manuel Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia pela achega que deu àquela questão, afirmando que, de facto, obviamente que o município de Lagoa não podia deixar passar uma data tão importante, recordando-se que naquela Assembleia houve um deputado que atualmente estava ali presente como elemento do público que alertou que mais importante que o dia 19 de abril era seguramente o dia 16 de janeiro de 1773, data de fundação do concelho, «e o dia 16 de janeiro é efetivamente a data mais importante que têm, mas o 19 de abril também é muito importante, porque é o dia da elevação de Lagoa a cidade, mas é também mais do que isso, é o dia de elevação de Porches a vila, de Carvoeiro a vila e do seu Parchal natal, a vila». Disse que nunca poderiam deixar passar isso em claro, agradecendo ao deputado Diamantino Ruivinho pelo seu alerta. Disse que achava que o senhor deputado Carlos Ramos tinha tocado numa questão importante, a transferência de competências e dos dois milhões e onze euros que ali estavam inscritos naquela revisão. Disse que queria deixar uma informação tanto à Assembleia, como aos lagoenses que os estavam a seguir, de que durante muito tempo recusaram, a Câmara, e aquela Assembleia aprovou naquele sentido e só receberam as competências quando foram obrigados a isso. O único ato voluntário que fizeram foi relativamente à ação social «e porque enfim, há um momento para contestar, há um momento para fazer valer as suas posições, mas dura lex sed lex, há um momento que a lei é lei». Afirmou que iriam em frente e não tinham medo nenhum de avançar, porque deviam preparar-se durante dois anos tal como já havia sido referido. Explicou que importava perceber que aqueles dois milhões e onze euros



[Handwritten signature]

que iam receber de transferência de competências, eram basicamente para pagar os salários dos cerca de cento e vinte e cinco funcionários que receberam. Disse que naquele ano de 2022 já tinha transmitido aos responsáveis governativos e, portanto, estava à vontade para partilhar com os presentes que iam medir, ou seja, «tenho este problema, sou da gestão, nós medimos». Iriam medir e iriam em sede daquilo que é a sua contabilidade de custos medir quanto é que custava efetivamente aquela transferência de competências para a autarquia e iriam apresentar números e iriam contestar a quem de direito, porque de facto aquilo iria-lhes custar muito mais do que aqueles dois milhões e onze euros que ali estavam e iria dar razão a todos os argumentos que no passado tiveram e que foram corroborados naquela Assembleia. Clarificou o conceito da sigla PAEL, Programa de Apoio à Economia Local e esclareceu que a questão da água era uma contrapartida que ficou no contrato. Disse que se lembrava disso muito bem porque foi negociado com o senhor Presidente da Câmara na altura, o senhor deputado José Inácio. Em relação às questões que foram colocadas pelo deputado Diamantino Ruivinho, referiu que o município de Lagoa apoiou a candidatura de duas instituições, duas que no fundo são três, embora só duas é que efetivamente em tempo útil apresentaram as suas candidaturas a uma medida colocada, que era o programa PARES, e o município naturalmente e aquela Assembleia também teve um papel importante, porque aprovou aqueles documentos, aquelas alterações, por forma a que pudessem apoiar a parte não financiada pelo programa PARES. Informou os presentes que aquele programa tinha uma série de vicissitudes e de particularidades a que a Câmara, aquela Assembleia e as instituições do concelho eram alheias. Disse ao deputado Diamantino Ruivinho que não sabia se ele tinha noção que dos projetos todos que havia para o Algarve ficaram todos de fora, «porque é preciso ter uma coisa chamada grau de maturidade, que é uma palavra nova que agora surgiu e que têm que estar muito atentos a ela e na autarquia pelo menos estão muito atentos àquela questão, porque vai ser determinante para o futuro em termos de poderem aceder àquilo que é a bazuca financeira». Disse ainda que a verdade era que não calhou nada ao Algarve e muitas instituições que concorreram ficaram de fora. Explicou que não sabia como é que era possível aceder a um programa que obrigasse a que houvesse projetos aprovados, especialidades e que já houvesse obra feita, ou seja, já houvesse investimento. Aquilo que era a realidade que conheciam do concelho eram as suas instituições que na sua generalidade não tinham aquela capacidade, podia haver uma ou outra, visto que tinha uma forma de aceder a outro tipo de apoios, mas na sua generalidade não conseguiam e, portanto, aquilo que fizeram foi não desistir, porque aquela é que era a capacidade de ser resiliente dos lagoenses e era isso que os movia e não desistiram. Explicou que se não há PARES havia uma coisa chamada PRR, e se não entrassem pela porta da frente, entravam pelas traseiras, pelas janelas, ou por onde fosse necessário, sempre com aquele compromisso, «se são equipamentos que são



importantíssimos para Lagoa, vão até ao fim e até onde for possível». A verdade é que reformularam, a Câmara continuava a apoiar, já foram à Câmara e já levaram à Câmara aquela alteração e estava também consubstanciado naqueles documentos. Esclareceu que iam apoiar em termos de PRR e estavam a trabalhar nisso. Os documentos deram entrada em tempo útil para que pudessem concorrer ao PRR. Num tinham que apoiar de uma determinada maneira, noutra de outra maneira, mas resumidamente aquilo que era exigido ao município era mais ou menos o mesmo e, portanto, iriam continuar a apoiar aqueles projetos, não desistindo dos mesmos. Em relação à habitação social em Porches e respondendo rapidamente às perguntas do deputado, referiu que Porches tem sessenta e seis fogos habitacionais e três lotes que na altura foram adquiridos pelo município para habitação social. Referiu que aquilo era uma questão não só de prioridade, como também estratégica, ou acham que no lugar onde faz falta habitação social, porque se há lugar onde faz falta a habitação é seguramente na vila de Porches, e o Presidente não tem dúvidas nenhuma quanto a isso. Portanto, aquilo era uma questão de definirem, ou faziam uma zona verde, um parque urbano ou habitação social. Para o executivo, visto terem oitenta famílias inscritas que necessitam de habitação, com os trinta e seis fogos que vão fazer em Porches no Primeiro Direito, aquilo que pode ser financiado a cem por cento pelo PRR, porque o que é financiado a cem por cento pelo PRR é Primeiro Direito, habitação de renda apoiada, falando numa linguagem que toda a gente percebe, habitação social, isso é que é aprovado a cem por cento. Considerou que o concelho não podia perder aquela oportunidade, porque naquele momento já todos os concelhos do Algarve, se calhar todos do país, assinaram contratos com o IHRU e estavam em condições de poderem concorrer. Para além disso, tinham estratégias locais de habitação, podendo haver um ou outro que se tivesse atrasado, o que o Presidente duvidava, mas todos tinham uma estratégia local de habitação, assim como contratos aprovados com o IHRU. Referiu que o que faltava à grande maioria deles era terem aquilo que conferia, o tal grau de maturidade que o Presidente já tinha referido. Um terreno que foi adquirido pelo executivo do PSD, para construir habitação social e ter outra coisa, projetos aprovados, e têm, têm terrenos e projetos aprovados, assim como capacidade para os executar, ou seja, têm a maturidade necessária para garantirem aos lagoenses trinta e seis fogos e abaterem naquela conta do oitenta, trinta e seis. Disse ainda que era preciso perceber aquilo, que tinham outro terreno em Porches e que fazia parte do executivo na altura e não se ia renegar nunca àquilo que foi, nas equipas onde trabalhou. Explicou ao deputado Diamantino que na proposta inicial quando foi apresentado no IHRU era para fazer habitação social Primeiro Direito no terreno que foi adquirido em Porches e iriam passar a ter o bairro de cima e o bairro de baixo, parecendo-lhe que aquilo era trágico. Na sua opinião, aquilo é que era errado do ponto de vista estratégico. Informou que aquilo que querem fazer e aquilo em que estão a trabalhar, é fazer



[Handwritten signature]

habitação social onde foi definido fazer habitação social, aumentar trinta e seis fogos e no lote de terreno que adquiriram em 2021 fazer outra coisa que não é apoiada pelo PRR, mas pode ser apoiada pelo IHRU, chamada renda acessível, construir fogos de habitação a custos controlados seguindo os bons exemplos que têm no concelho, destacando a urbanização dos vales. Assegurou que queriam fazer as coisas onde elas estavam previstas e preparadas, habitação na zona da habitação social e habitação a custos controlados, renda acessível para captarem jovens, famílias lagoenses, para colocar também uma parte dos cerca de cinquenta e dois, cinquenta e quatro fogos, garantir também um determinado número de fogos de habitações para poderem ser colocados no mercado de arrendamentos a custos acessíveis, para fazer face àquilo que é uma das grandes necessidades que a economia tem que vive do turismo, que é não terem habitações para atrair pessoas para virem trabalhar para as empresas do concelho, referindo que queriam fazer aquele trabalho todo. Voltou a referir que em termos de estratégia de habitação não iriam ficar só por aquelas duas medidas, sendo importante trabalhar com os privados. «Aqui atrás de nós há um grande projeto que o município está empenhado em que ele veja a luz do dia, é um investimento totalmente privado, mas que também é importante sobretudo quando o promotor tem essa vontade e disponibilidade para assumir e colocar em memória descritiva essa disponibilidade que tem, que as habitações que vai construir são para lagoenses, para algarvios, para jovens casais e que define logo quanto é que é o custo médio que uma habitação vai ter e que todos nós percebemos que é um valor que pode ser acessível para quem queira viver em Lagoa, para quem queira se instalar neste concelho magnífico, nesta cidade fantástica e que possa ter essa oportunidade». Afirmou que a sua estratégia desenvolvia-se naqueles três níveis, podendo os deputados não concordar. Aquele era um projeto que foi sufragado pelos lagoenses há pouco menos de seis meses e, portanto, era aquilo que iam desenvolver, estando bem definido, «e é um projeto que tem todas as condições, são os instrumentos que têm na fase em que vivem, para poder ser apoiado, a habitação, o Primeiro Direito pelo PRR». Acreditava que se nada de extraordinário acontecesse que o seu projeto tinha todas as condições para ganhar grau de maturidade, para passar à frente de muitos daqueles que apresentaram estratégias e assinaram os contratos todos, mas depois faltava-lhes o resto, considerando que era uma oportunidade perdida para Lagoa se não pudessem utilizar aquela ferramenta e aquela vantagem que tinham, aquela vantagem competitiva e iriam utilizá-la e iriam fazê-lo. Afirmou que também já tinha dito aos lagoenses e que o senhor Presidente da Junta sabia disso, que estavam a trabalhar em conjunto para construir uma zona verde, fazerem um parque urbano em Porches, que naquele momento não estava em nenhum orçamento nem em nenhuma revisão, mas haveria de estar quando tivessem também a maturidade suficiente para dizerem que iriam fazer em Porches de facto um parque, uma zona verde, uma zona urbana que pudesse concentrar



os porchences, todos, independentemente da área de Porches de onde viessem, num verdadeiro sentido de comunidade que era isso que pretendiam para Porches, para todas as vilas e para todos os locais do concelho e naturalmente para o concelho no seu todo. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que ouviu com atenção a explicação do senhor Presidente e que evidentemente tinham pontos de vistas completamente diferentes, salientando que os seus pontos de vista não vinham do momento atual, pois já os tinha tido quando foi a construção do bairro Jacinto Correia. Explicou que foi um dos que fazia parte da bancada do PS e estiveram contra e que era contra aquele tipo de empreendimentos há muito tempo, «o grande problema é que trabalhamos em cima de acontecimentos e não programamos com antecedência». Afirmou que tinham opiniões diferentes e que o que considerava que o PS ia fazer no bairro social em Porches, era um atentado àquele bairro e inclusivamente um rasgar de compromissos assumidos com aquelas populações, porque se havia lá equipamentos previstos e lotes previstos, na sua opinião, era e, portanto, tinham opiniões diferentes, mas não foi isso que lhe tinha perguntado. Esclareceu que o Presidente deu-lhe apenas uma resposta que existiam oitenta famílias, mas ficou sem perceber se eram oitenta famílias do concelho, ou da Freguesia, perguntando quantas famílias da freguesia. Disse ainda que não lhe tinha respondido ao problema da densidade habitacional que perguntou e como é que iria ficar, se teriam aquilo em equação. Referiu que pediu aquelas informações por um lado, e por outro que tinham opiniões diferentes e que não ia esgrimir argumentos, porque o futuro lá estaria. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** esclareceu que eram sessenta e sete com trinta e seis, portanto era fazerem as contas, passando a ser cento e três. Assegurou que em relação à densidade não tinha essa informação consigo, mas passar-lha-ia sem qualquer tipo de problema. Aos sessenta e sete fogos que tinham aprovados, somar-se-iam trinta e seis e passariam a ser cento e três. Referiu que as oitenta famílias que estavam inscritas eram de todo o concelho, mas não tinham aquela lógica de olhar, percebendo onde é que o deputado queria chegar. Pediu ao senhor Presidente da Assembleia que lhe deixasse dar uma achega acerca da questão, afirmando que iria ser muito sintético. «Faz parte da nossa estratégia e já o começámos a fazer, aliás a intervenção que vamos fazer em Lagoa é um exemplo claro, porque em



Lagoa temos sete fogos para habitação social». Referiu que tinham previsto e já o fizeram, já exerceram o direito de preferência noutras áreas do concelho, onde aquele direito de preferência que estavam a aceder sempre que o negócio pudesse ser rentável para a autarquia, era precisamente com aquele intuito, em Estômbar, na Mexilhoeira da Carregação, em Ferragudo. Afirmou que iam continuar a trabalhar no sentido de adquirir habitações para colmatar os outros que faltavam, mas em oitenta nunca poderiam perder a oportunidade de abater trinta e seis, sendo muito importante aquela oportunidade que se abria em Lagoa. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o primeiro ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022. -----

-----**Deliberação:** Aprovada com sete (7) abstenções e dezassete (17) votos a favor (PS) 16 e Chega -----
-----Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra à senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**. -----

-----Tomou a palavra a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**, afirmando que o grupo municipal do PSD entregaria a sua declaração de voto posteriormente. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** para apresentação da declaração de voto do PS. -----

-----Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos**, proferindo a seguinte declaração de voto: «O grupo municipal do Partido Socialista, depois de analisar a primeira revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2022 apresentado pela Câmara Municipal, que tem por base realizar os ajustamentos necessários à transferência orçamental dos cabimentos e compromissos assumidos pelo executivo, verificou que a mesma tem como justificação a necessidade do executivo incorporar no orçamento de 2022 o aumento da receita global e consequentemente o aumento da despesa global do orçamento municipal. -----

-----As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento inicial à execução orçamental que justificam essas alterações. Pois no decurso da execução ao longo do ano, torna-se necessário efetuar alterações não previsíveis às verbas iniciais. Neste contexto, a primeira revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2022 que a Câmara nos apresenta, tem por base a revisão ao orçamento inicial nas rubricas de aumento de receita e do aumento da despesa, assim como a revisão às grandes opções, nomeadamente no plano



plurianual de investimentos, reforço para 22 e para os anos de 2023 e 2024, nas atividades mais relevantes com o reforço de 2022 e para os anos seguintes. -----

-----Dentro desta conjuntura, o município fundamenta esta primeira revisão no facto de dar resposta e cumprimento ao compromisso assumido com os lagoenses, nomeadamente na habitação, no apoio às empresas e aos empresários do concelho, no apoio àqueles que mais precisam, às famílias e às IPSS. Pretendendo também continuar a investir em áreas fundamentais do estado social, tais como a educação, a cultura, ação social e o desporto, preparando assim o concelho para o regresso ao seu dinamismo abrandado com o aparecimento da pandemia Covid-19. -----

-----Também esta revisão irá permitir ao executivo seguir a estratégia definida, em que as pessoas e os lagoenses estão em primeiro lugar, e tem como objetivo realizar um forte investimento na habitação social e na habitação a custos controlados, tal como reforçar o serviço de ação social, nomeadamente o fundo de emergência social, a atribuição do incentivo à natalidade, o programa municipal de apoio ao arrendamento para as famílias mais carenciadas, reforçar o gabinete de inserção profissional, bem como reforçar os apoios ao tecido empresarial e às pequenas e médias empresas, assim como os empresários em nome individual. Permitirá também reforçar o investimento no saneamento e no abastecimento de água, bem como cuidar do espaço público, tão importante para os que cá estão e também para aqueles que nos visitam e no investimento em infraestruturas que são prioritárias para o desenvolvimento e recuperação económica do nosso concelho, que fundamentalmente vive do turismo. -----

-----Pela análise dos documentos, verifica-se uma lógica de continuidade que se pauta pelo rigor, pela transparência e pela seriedade e irá permitir ao município de Lagoa continuar a apresentar as finanças municipais equilibradas e sustentáveis, a médio e longo prazo. -----

-----Também foi analisado que nos termos legais, esta revisão acompanhou o novo regime do sistema de normalização contabilístico para a administração pública. Assim, face ao exposto, o grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a revisão orçamental e as grandes opções do plano para o ano 2022 apresentado pelo executivo da Câmara Municipal de Lagoa». -----

-----Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao **ponto segundo, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das habilitações literárias, das atribuições, competências e vencimento bem como da composição do júri de recrutamento para o cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Divisão de Obras.** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**, referiu que o ano 2021 para além de todas as vicissitudes que lhes trouxe como um segundo ano de pandemia, ainda foi extremamente duro para com Lagoa, para com o município. Perderam três extraordinários funcionários, sendo que um deles já estava na reforma, mas dois eram de facto pessoas de extraordinária competência e deixaram uma enorme saudade. Um deles foi o chefe de divisão de obras, o Rui Carreiró. Explicou que na altura o executivo entendeu que tinham dois caminhos, podendo fazer uma nomeação em regime de substituição e depois mais tarde abrir um procedimento concursal. Mas o entendimento que tiveram na altura, era que tinham as condições em casa para de forma interina e sem qualquer tipo de nomeação garantir o funcionamento dos serviços. Aproveitou a intervenção para agradecer publicamente em nome do executivo naquela Assembleia, a quem na divisão de obras tinha garantido o funcionamento daquela casa, entendendo que naquela altura era o momento para preencher aquele lugar, querendo fazê-lo com um procedimento concursal, um procedimento público concursal em que todos nos termos da lei pudessem estar em igualdade de circunstâncias. Aquilo que trazem depois de aprovar na Câmara, é trazerem àquela Assembleia para que seja aprovado a abertura daquele procedimento concursal nos termos da lei, assim como a definição das competências, da remuneração e constituição do júri para desenvolver aquele procedimento. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo seu espírito de síntese e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção passou-se à votação. Foi assim colocado à votação o segundo ponto, **Apreciação e deliberação**, sob proposta da Câmara Municipal, das habilitações literárias, das atribuições, competências e vencimento bem como da composição do júri de recrutamento para o cargo de Direção Intermédia de 2º Grau – Divisão de Obras. -----

-----**Deliberação:** Aprovada por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o **terceiro ponto da ordem de trabalhos - Apreciação e deliberação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **autorização para contratação de empréstimo bancário, no valor de 2.500.000,00 €, pelo prazo de 12 anos, para aquisição dos prédios urbanos abaixo identificados, que no seu conjunto são designados por Centro de Congressos do Arade, também conhecidos por Pavilhão do Arade, no Sítio da Passagem, na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, Concelho de Lagoa:**



- a) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 175 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1400 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- b) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 176 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1402 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- c) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 177 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1404 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- d) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 178 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1406 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- e) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 179 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1408 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- f) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 1071 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1662 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal.

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação afirmou que aquele era um ponto que teve a particularidade de ter sido antecipado em seis dias, porque acabou por ser suscitado numa intervenção de um lagoense que participou naquela condição naquela Assembleia no período de intervenção do público na última Assembleia Municipal Ordinária e é aquilo que consideram um passo importante para se procurar resolver um problema que têm no concelho e que urge resolver e que não valia a pena esconder. Acrescentou que não ia repetir o que já disse há seis dias atrás, porque estavam ali os mesmos protagonistas, mas não podiam assistir impávidos e serenos ao degradar de um equipamento de uma grande importância. Importa perceber que em 2002/2003 quando ele foi apresentado, era só a maior sala de espetáculos da Península Ibérica, que tinha todas as condições para poder receber congressos, apresentações de marcas, exposições, toda uma série de eventos que podem ser importantíssimos e aquele equipamento também pode ser muito importante para, no fundo, apoiar e de alguma forma complementar aquilo que é a sua



atividade económica, o turismo, e seguramente foi aquela também a visão de quarenta e nove por cento dos privados que fizeram parte da sociedade pavilhão do Arade. Afirmou que não ia voltar à conversa a não ser que quisessem ou lhe pedissem algum esclarecimento, sobre a forma e sobre por que razões é que o pavilhão do Arade acabou por não vingar e acabou por chegar àquele ponto da insolvência, primeiro do seu concelho, da sociedade e depois posteriormente chegar ao grau de degradação em que ele estava, mas caso quisessem podia dar aquela informação, pelo menos a que tinha. Acha que os lagoenses no dia 26 de setembro elegeram-nos a todos para a Câmara e para a Assembleia, para encontrarem as melhores soluções para o concelho e acreditam firmemente que no interesse do município de Lagoa importa travar, em primeiro lugar, os atos de vandalismo que acontecem de forma sistemática no pavilhão do Arade, recuperar aquele espaço e trazê-lo novamente à vida, dar-lhe a pujança que ele já teve e que acredita que o pavilhão do Arade rapidamente vai recuperar. Explicou que não tinha dúvidas nenhuma que aquele equipamento pelas condições que tinha, pela sua localização e, sobretudo, se não tivesse a pressão de ter que pagar, de cumprir um serviço de dívida de nove milhões de euros, capital mais juros, tinha todas as condições para poder voltar a ser uma importante sala de espetáculos do Algarve, do barlavento algarvio e em particular do concelho de Lagoa. Por isso naquele dia e depois de terem aprovado na Câmara, traziam ali aquilo que era ainda um primeiro passo, em termos de Assembleia, muito importante de um processo que não é simples, é um processo complexo. Disse ainda que era preciso terem a noção que naquele dia estavam ali a trazer apenas a questão do empréstimo, tendo posteriormente que o enviar para o Tribunal de Contas e formalizar um contrato, por um lado, e, por outro que muito em breve teriam que trazer ali a proposta de aquisição do pavilhão que também teriam que enviar para Tribunal de Contas, «porque só podem efetivamente efetuar o negócio quando for possível do ponto de vista daquilo que diz a lei da contratação pública e que naturalmente têm que prosseguir». Explicou que aquilo que traziam naquele dia, era a proposta de se adjudicar o empréstimo e que relativamente ao empréstimo importava dizer àquela Assembleia que tendo em conta aquilo que é a saúde financeira do município de Lagoa, uma das hipóteses que tinham em cima da mesa e que ponderaram foi não recorrer sequer ao empréstimo bancário e adquirir o pavilhão, pagando o preço a pronto como se lhe chama. Era uma opção e chegaram a ponderá-la, mas a verdade era que o município de Lagoa tendo a capacidade de endividamento que tinha e estando ela tão reduzida, tendo em conta aquilo que eram aqueles tempos de enorme incógnita que tinham, «não sabemos o dia de amanhã, e amanhã podemos ter que necessitar de verbas para reforçar os apoios às nossas instituições, IPSS, associações, para ajudar os lagoenses que precisam», entenderam que era importante, pois tinham aquela clara capacidade de endividamento. Afirmou não só que o que tinham ali e a proposta que lhes traziam ali para aprovar,



era uma Euribor a seis meses com um spread de zero vírgula seis com encargos, mas também que era muito transparente, gostando de pôr as cartas todas em cima da mesa e já o conheciam, não querendo dizer que quando fossem formular o contrato fosse aquele o valor final, estando suscetíveis àquilo que era a evolução da Euribor. Mas a verdade, aquilo que têm em cima da mesa atualmente, não é bem aquilo que estão a apresentar, não sendo muito diferente daquilo que têm para apresentar, a Euribor e o spread são fixos e, falando de uma Euribor negativa atualmente e um spread de zero vírgula seis. Referiu que o município também estava preparado para a qualquer momento fazer aquilo que já fez no passado, que é, se as circunstâncias do mercado se alterarem e se ultrapassarem aquilo que são os encargos que têm para responder, estarão perfeitamente disponíveis para liquidar o empréstimo. Se ao longo dos últimos oito anos foram capazes de liquidar seis milhões de euros de empréstimos que a autarquia tinha, muito facilmente liquidariam dois milhões e meio. Agora aquilo que importa é, naquele momento de incerteza, naquele momento de incógnita, quando não sabem o que é que amanhã terão que responder no imediato às necessidades dos lagoenses, seria um erro de palmatória de gestão estar-se a descapitalizar, no sentido de depois não terem aquela prontidão para, no imediato, responder às necessidades dos lagoenses. Esclareceu que a proposta que traziam era de aprovar aquele empréstimo bancário, dois milhões e meio de euros, com a proposta do banco BPI, a mais vantajosa, Euribor a seis meses mais zero vírgula sessenta de spread, sendo perfeitamente enquadrável dentro daquilo que eram as perspetivas e as disponibilidades da autarquia e, portanto, era aquela a proposta que traziam ali, por forma a que pudesse ser aprovado e darem aquele importante passo, o primeiro de muitos que iriam ter que dar até que efetivamente consigam fazer a escritura pública de aquisição do pavilhão do Arade e devolver o pavilhão aos bons momentos e aos momentos de glória que o mesmo já teve no passado.--

-----**José Manuel Águas da Cruz**, Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que naquele ponto estavam mesmo totalmente de acordo, sendo evidente que o pavilhão do Arade ou o centro de congressos do Arade fazia falta ao concelho. Informou os presentes que pessoalmente também fez, em representação do município durante algum período, parte do concelho de administração e um bocadinho na linha do que o senhor Presidente disse na última sessão da Assembleia, também como costuma dizer figurativamente, se soubesse quem fez o estudo financeiro tinha-lhe dado um par de estalos, porque obviamente era o que se chama um estudo financeiro muito



otimista. A verdade era que também tinha havido muitos erros de gestão e ali nem sequer se podia culpar o município, nem sequer se podiam culpar as entidades públicas, porque o concelho de administração tinha também e bastantes representantes das entidades privadas, e acreditaram todos que a opção tomada que todos sabiam qual tinha sido, era boa e mostrou-se desastrosa para a gestão, porque só trouxe dívidas e nunca pagou uma única renda. Referiu que a verdade era que o equipamento tinha um grande potencial e que nas mãos do município podia ser muito mais potencializado, porque infelizmente em relação ao pavilhão do Arade, aconteceu uma coisa que acontecia muito no Algarve, que é quando estão fora um indivíduo de Sagres encontra um indivíduo de Vila Real de Santo António e diz o irmão algarvio. Quando estão lá dentro não se conhecem uns aos outros. E o centro de congressos do Arade nunca foi visto como um centro de congressos do Algarve, ainda que o sócio maioritário fosse a região de turismo do Algarve, e isso de facto criou sérios problemas, para além de outras questões, em que os privados também são culpados, porque também não ajudaram o centro, ou não o vitalizaram como podiam e depois houve o azar de apanhar no momento de projeção, a crise que tirou os congressos e que deixou de potencializar aquilo que era uma das grandes vertentes. Referiu que, obviamente, também concordam que aquilo que se chamam despesas de capital podem ser financiadas por receitas de capital e, portanto, como é óbvio um empréstimo com uma boa taxa e um prazo de amortização razoável é aconselhável em vez de uma descapitalização imediata. Afirmou que a bancada do PSD esperava que muito rapidamente o município tivesse o controlo sobre o pavilhão, não permitindo que o equipamento se degradasse mais, começando a sua recuperação e recuperá-lo para aquilo que era o seu fim, que o potenciasse naturalmente em termos de estratégia de utilização e concordavam com aquela via, que era aquilo que estavam a discutir naquele momento, a via da aquisição, mas enfim, já estava em orçamento a possibilidade de comprar também e aí já tinham expressado que eram favoráveis e, portanto, iriam votar a favor.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita**, cumprimentou todos os presentes e disse que tinha duas questões quanto ao ponto, sabia que tinha a ver com a aquisição em si, mas sendo que o centro de congressos do Arade era uma estrutura de interesse municipal devido ao seu enorme potencial para realização de eventos culturais entre outros, era importante também saber se existia ou não algum plano ou estratégia de relevância para criar a sustentabilidade necessária, de forma a romper com a fracassada e miserável gestão passada. Referiu



que acreditava que o município tivesse como estratégia futura também para a estrutura em questão, a concessão do espaço. Caso assim fosse, aquela concessão seria feita de forma integral ou estava previsto o uso camarário de alguma forma. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, disse que estava com uma dúvida, perguntando porque é que naquela altura estavam a discutir apenas e tão só a contração de um empréstimo e não logo a decisão de compra. Afirmou que aquilo estava-lhe a meter alguma confusão e ainda pensou que tivessem tomado alguma decisão no mandato anterior relativamente à aquisição, mas assim não foi, mas parecia-lhe que estavam a discutir as coisas ao contrário. Primeiro teriam que mostrar, julgava ele e era aquele o seu entendimento, a vontade de comprar ou não e depois iriam ao empréstimo bancário. Isso era uma observação que queria colocar, parecendo-lhe que estavam a perder tempo, ou então porque é que na mesma Assembleia não se tomavam as mesmas decisões. Referiu que não sabia qual era o motivo relativamente a isso. Deixou uma pequena nota, porque julgava que iriam ter a oportunidade, quando fizessem a discussão relativamente à aquisição do pavilhão do Arade, de discutir no máximo de profundidade aquele assunto, lembrando que aquele projeto foi apresentado no ano 2000 e foi apresentado pelo patrocínio da Expo 98. Portanto, foram eles que patrocinaram ou eram os mentores diretos da apresentação daquele projeto, e na altura, «temos que nos situar» diria ele nalgumas ideias que acha que eram um expoente máximo de potencialização do Algarve. Explicou que viram o Algarve com uma dinamização que até se previa que fizessem naquele pavilhão do Arade eventos de índole mundial. Mas o problema era como é que se via o Algarve. Na sua opinião, e quem lê a apresentação daquele projeto, acha que as pessoas viviam com um pouco os pés na lua, não com os pés na realidade, sendo um desejo sobreposto à realidade concreta daquilo que viria a acontecer. Por outro lado, na sua opinião, cometeram-se erros logo de palmatória na estrutura societária do equipamento, porque acreditar que as entidades envolvidas trabalhavam todas na mesma vontade e com o mesmo desejo de que aquele equipamento tivesse a função para que foi criada, na sua opinião «só quem não conhece a realidade que eles conhecem do Algarve» e, portanto, ninguém trabalhou efetivamente para o êxito daquele equipamento, a não ser algum esforço do município de Lagoa dentro das suas possibilidades, porque acreditar que os municípios ao lado que eram parceiros iam querer que aquele equipamento tivesse a potencialização que estava prevista, isto é, quando viam o seu quintal e quando a seguir no quintal ao lado criaram aquele equipamento que lá estava, percebiam perfeitamente em que mundo é que



estavam e em que mundo é que estão ainda, e acreditar como estava naquele projeto que os privados iam ser os grandes motores daquilo, era também acreditar na história da carochinha e, portanto, aquilo nasceu mal logo ao início, o próprio nascimento do equipamento foi a sua morte e por isso é que ele teve o caminho que teve, não teve nem um dia de progressos, de grande desenvolvimento, não teve nada. Disse assim que esperava e queria crer que o município promovesse uma discussão muito interessante sobre o equipamento, pois situar o equipamento nos mesmos parâmetros ou nos mesmos objetivos que se teve na altura seria um erro crasso na sua opinião. Afirmou que aquele equipamento iria ser do município de Lagoa, sendo primordialmente para as suas gentes. Para além disso considerava que iam ter que reformular, desenvolver e conceber aquele pavilhão de outra forma, até porque estava estrategicamente colocado numa zona de grande importância, não esquecendo que o município de Lagoa «tem um espaço confinante com o pavilhão do Arade de grandes potencialidades». Houve em tempos passados, na presidência do Dr. José Inácio um projeto de umas piscinas municipais previstas para aquela localidade. Pensa que têm condições para projetar aquele espaço de uma maneira diferente, de uma maneira estratégica para o município, sabendo encontrar as sinergias suficientes para tal e, portanto, está em crer que não vão perder aquela oportunidade. --

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, cumprimentou todos os presentes e referiu que sobre aquele ponto esteve com atenção ao que o senhor Presidente Luís Encarnação explicou. Disse que não era a favor de fazerem aquele empréstimo, referindo-se às palavras que o Presidente da Câmara tinha dito acerca da boa saúde financeira do município, não esquecendo que naquele primeiro ponto de alteração ao orçamento, onde se incorporavam quinze milhões, existiam uns quantos euros, um bom valor que ia para 2023 e 2024, não estando todo plasmado para 2022. Achava que se comprassem o pavilhão com o dinheiro que tinham, ficariam a zero e também podiam contar que as suas receitas estavam a aumentar e mais sobre o IMT. Sobre aquele ponto, disse que iria votar em abstenção. Claro que a aquisição do pavilhão será para valorizar e projetar ainda mais o concelho de Lagoa, até antes dele ser encerrado era utilizado por vários concelhos, e passará a ser principalmente pelo concelho de Lagoa e, portanto, não se podiam esquecer de lhe dar o seu valor, a sua utilização e também por outro lado, não esquecendo a sua manutenção que também teria forçosamente que existir. Apelou ao senhor Presidente para ver se conseguia fazer com que a GNR tirasse aquela sucata da frente. Portanto, ou foi no mandato passado ou no outro que ainda houve aquela força de tirar e de entrarem em contacto com as entidades, mas



nada foi feito. Achava que se aquilo realmente continuasse ali era uma má imagem e uma má fotografia para aquela situação. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação, começou pelo deputado Diamantino Ruivinho dizendo-lhe que afinal não estavam em divergência em tudo e que iria para casa muito mais feliz, porque corroborava quase todas as palavras referidas pelo deputado, uma análise concreta daquilo que foram os problemas iniciais do pavilhão do Arade e os problemas a meio do percurso do pavilhão do Arade. Lúcida, correta, foi isso que aconteceu e não valia a pena estarem a olhar para o passado, tendo que olhar para o presente e futuro. Sobre aquela matéria, aproveitou para responder às questões colocadas pelo deputado João Cabrita da CDU, afirmando que tinham uma ideia muito clara para o que queriam para o pavilhão, uma vez que conheciam muito bem o equipamento, porque tal como havia dito o deputado Diamantino e bem, foram os maiores dinamizadores do espaço e era isso que queriam continuar a fazer. Numa primeira fase e vai ser preciso um esforço considerável naturalmente, recuperar aquilo que ali está. Informou os presentes que tinham feito uma visita ao espaço e felizmente havia muitas coisas que não tinham sido danificadas, pois tinham aquela preocupação. Posteriormente queriam pôr aquela casa a funcionar como o Presidente referiu e pô-la ao serviço do concelho de Lagoa, do município. Disse ainda que presumia que tinha percebido qual era a questão do deputado João, explicando que o objetivo do município, e já tinham sido abordados até por várias entidades que confundiam o pavilhão do Arade com o município de Lagoa, mas a sua estratégia para a recuperação daquele espaço passava por fazerem a gestão do mesmo depois de o recuperar, para que ele ganhasse a dinâmica que já tinha tido em momentos no passado. Relativamente à questão que foi colocada pelo deputado Jorge, disse que já tinha explicado e que a visão do executivo era outra, era fazerem daquela maneira para não descapitalizar a autarquia. Relativamente à sucata da GNR, achou a questão pertinente, até porque e muito bem foi ali dito, «repare o parque de estacionamento que está em frente ao pavilhão é uma concessão da APS ao município de Lagoa assinada pelo senhor deputado José Inácio, Presidente na altura, que foi concessionada à autarquia». Salientou que aquela questão estava salvaguardada, sendo uma concessão da APS ao município de Lagoa e não ao pavilhão do Arade. Por sua vez o município de Lagoa concessionou ao pavilhão do Arade, sempre que o pavilhão do Arade tivesse aberto e funcionasse nos interesses do município. Portanto, era fácil de perceber que aquele espaço à frente era do município, da mesma maneira que o espaço lateral que o município cuida, tem aí uma dúvida



F. J. B.

sobre essa matéria, mas isso é para os técnicos escarpelizarem e apreciarem quando a questão se suscitar. Explicou ainda que os trinta e três mil metros quadrados que estavam nas traseiras do pavilhão do Arade eram do município e tinham um projeto conhecido para aquela área. Disse que era uma área, como o deputado Diamantino referiu e bem, que tinha toda a importância estratégica para o concelho e infelizmente do outro lado da estrada tinham aquela vergonha e isso era uma verdadeira vergonha, que era aquele cemitério das viaturas. Afirmou que desde que estava na Câmara e na altura era vereador, lembrava-se perfeitamente que tiveram uma secretária de estado que veio a Lagoa cheia de boa vontade dizer que ia resolver o problema da sucata. Não conseguiu porque do outro lado... «é o país que nós vivemos, é o poder, são estes países dentro dos países em que depois as coisas não funcionam» e mais, também já tiveram um comandante distrital que já se foi embora para outro projeto que também veio cheio de vontade de resolver e também não conseguiu. Pensa que há uma força bloqueante que não permite que saia dali a sucata. Assegurou que o município já disponibilizou um espaço, o senhor Presidente da Junta de Porches não gostou, mas também não avançou porque as entidades com aquela responsabilidade também não o quiseram. Garantiu que estavam disponíveis para ajudar a encontrar uma solução e tirar dali a sucata, pois não fazia sentido nenhum estar aquilo ali, a entrada, o acesso àquilo que é uma das joias da coroa do concelho que é Ferragudo. Afirmou que não iam desistir de pressionar, havendo uma série de ideias, como esconder a coisa, camuflar. Referiu que partilharia com a Assembleia sempre que houvesse uma proposta firme e efetiva, dizendo «sim senhora, agora é para resolver o problema, têm aqui esta proposta, concordam», discutindo-a naquele local.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo** disse que era só para adicionar uma coisa que o Luís Encarnação, o Presidente da Câmara referiu, que na verdade aquilo era uma concessão, o parque de estacionamento e a rede viária externa, ou seja, a atual estrada que vai para Ferragudo, bem como as rotundas, ficando a Câmara com a responsabilidade de tratar daquele espaço. A concessão foi negociada pela Câmara Municipal de Lagoa com o governo de então e a concessão daquela área foi feita à Câmara Municipal com a obrigação, e teve que ser o pavilhão do Arade a construir o parque de estacionamento, mas não podia, porque eles queriam cobrar umas taxas, o parque tinha que ser gratuito. Referiu que aquilo era o que estava nos documentos de contratos relativos àquela matéria. -----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos, afirmando que foram importantes para clarificar a situação, e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e aproveitou a oportunidade para felicitar o executivo por aquela tomada de decisão e mais uma vez por demonstrar claramente que era uma tomada de decisão planeada, de não só trazer ali àquela Assembleia aquele documento, mas também o montante pelo qual o edifício em si e as seis frações no seu todo foram adquiridos, falando em dois ponto cinco milhões quando sabiam que o valor inicial quando foi adquirido pela sociedade constituída na altura, representava três vezes mais aquele montante, acima de tudo não só pela consistência naquela aquisição, pelo momento, pela oportunidade e pelo problema que se estava a resolver, porque infelizmente o vandalismo existe, alguém o praticou, é uma zona residencial onde muitos dos que ali estão residem naquela área e se calhar têm que encontrar os culpados, porque estão a destruir bens, que no momento não são da autarquia, mas enquanto cidadãos têm que preservar não só os bens privados, mas também dos outros, que na impossibilidade, porque não se podem esquecer que aquela sociedade tinha vários parceiros dentro, que acabaram por de alguma forma na insolvência de não salvaguardar aqueles bens. Refêriu que ali o papel do município acima de tudo era impedir que se instalasse o vandalismo numa zona residencial, onde todos viviam com segurança, e o dinheiro que estava ali a ser gasto, que no futuro, certamente da mesma forma que foi bem planeado naquela sua aquisição também ia dar uma mais-valia a todos os lagoenses. O senhor Presidente teve oportunidade de dizer que têm aquela extensão por trás em que está projetada uma zona verde de uma área de lazer para o município e pensa que certamente sairá dali um projeto onde todos os lagoenses podem calmamente usufruir daquelas zonas de lazer. Como seria expetável, o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente àquela proposta. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o terceiro ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para contratação de empréstimo bancário, no valor de 2.500.000,00 €, pelo prazo de 12 anos, para aquisição dos prédios urbanos abaixo identificados, que no seu conjunto são designados por Centro de Congressos do Arade, também conhecidos por Pavilhão do Arade, no Sítio da Passagem, na União de Freguesias de Estômbar e Parchal, Concelho de Lagoa: -----



Handwritten initials in blue ink, possibly 'J' and 'B'.

- a) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 175 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1400 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- b) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 176 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1402 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- c) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 177 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1404 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- d) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 178 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1406 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- e) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 179 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1408 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal;
- f) Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o nº 1071 da freguesia de Parchal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1662 da União de Freguesias de Estômbar e Parchal.

-----**Deliberação:** Aprovada com vinte e um (21) votos a favor (PS 16, PSD 3, MLP 2), um (1) voto contra do Chega e duas (2) abstenções (CDU 1 e BE 1). -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o **quarto ponto da ordem de trabalhos - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de Empreitada de Ampliação e Alteração do Centro Escolar da Mexilhoeira da Carregação, pelo valor global de 4.118.982,81 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 5.000,00 € no ano de 2022; 2.071.864,26 € no ano de 2023 e 2.042.118,55 € no ano de 2024.** ----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** esclareceu que aquilo não era uma proposta nova e que, no fundo, traziam ali uma proposta que já tinha sido aprovada naquela Assembleia, que já tinha corrido os seus trâmites e que acabou por ter um parecer desfavorável do Tribunal de Contas, que a autarquia e sobretudo o júri que



foi responsável por aquele processo, naquilo que é um direito constitucional que tem, de não se conformar com a decisão dos tribunais, sejam eles quais forem, de contestar. Afirmou que aquela contestação não mereceu concordância por parte do tribunal, por um lado, e, por outro, que aquilo que estavam a fazer no fundo e que iria explicar posteriormente, era apresentar exatamente o mesmo projeto, colocando e corrigindo aquilo que foram as imperfeições que o Tribunal de Contas apontou na altura e que não aceitou as explicações e os argumentos que foram apresentados pelo júri e pelos serviços jurídicos da autarquia. Explicou que aquele era um projeto que tinha uma particularidade não só para ele, como também para o executivo, embora alguns viessem do anterior executivo, foi a primeira herança que recebeu quando assumiu a presidência da Câmara de Lagoa pela saída do anterior Presidente. Não lhe tocaram, pegaram nele e submeteram-no, pois ele estava lá à espera que o fizessem e, portanto, foi exatamente submetido como estava preparado e com um objetivo que queria deixar ali bem explícito. Já o fizeram, mas uma vez que já passou muito tempo e já foi noutro mandato, achava que fazia algum sentido naquele mandato explicar àquela Assembleia que aquele era mais que um projeto, no fundo, de criarem e construírem uma escola. Importava perceber que aquele era um projeto que tinha por objetivo construir uma escola nova, uma escola do futuro e que surgiu como resposta a um problema que identificaram na altura no concelho de Lagoa, no momento ainda não totalmente resolvido, mas em vias de alguma atenuação, que é o facto do município de Lagoa, e são dados que têm, são dados comprovados, não sendo apenas uma opinião sua, o município de Lagoa é, em termos da sua oferta educativa e do número de alunos que consegue atrair, extremamente atrativo no pré-escolar e no primeiro ciclo, em que têm uma taxa de ocupação de acordo com os censos de 2021, superior à que deviam ter. Explicou que tinham mais alunos no pré-escolar e no primeiro ciclo do que aqueles que numa lógica daquilo que era a realidade do concelho teriam, ou seja, significava que acolheram dos estabelecimentos de ensino do concelho do pré-escolar e primeiro ciclo, alunos de outros concelhos. Depois nos segundo e terceiro ciclo, verifica-se uma tendência para o equilíbrio, começando a ficar dentro daquilo que é a expectativa que os censos dizem e quando chegam ao secundário, é o descalabro. Referiu que já foram capazes de melhorar aqueles números e queria ali deixar também aquele elogio público ao extraordinário trabalho feito atualmente na direção da escola secundária do agrupamento ESPAMOL, para isso também contribuiu muito não só a dinâmica da sua direção por isso é que já fez aquele elogio, mas também algumas estratégias que em conjunto foram capazes de criar com o agrupamento. Disse que um exemplo claro era a unidade de apoio ao alto rendimento na escola, um projeto que os devia orgulhar a todos e que depois de Alcochete, seguramente a quase trezentos quilómetros de distância e que era fundamentalmente para servir o Sporting Clube de Portugal, só tinham a sul de Alcochete uma UARE, a de Lagoa, com uma escola



efetiva, a ESPAMOL, depois com uma escola associada que é o agrupamento de escolas Rio Arade e atualmente com uma nova escola ainda em teste, o agrupamento de escolas Júlio Dantas em Lagos que se associou à ESPAMOL, porque a ESPAMOL tem quase cinquenta alunos no projeto UARE a que se juntam mais doze no agrupamento de escolas Rio Arade. Disse ainda que esperava que resolvendo o problema da federação portuguesa de Badminton, e se fossem capazes de resolver também o problema da federação portuguesa de Basquetebol, estariam em condições para que o agrupamento de escolas Rio Arade atingisse também os números que tinha o agrupamento de escolas ESPAMOL, e aquele também era um importante contributo e adicionou ali aquela questão, porque isso, de facto, tornou a ESPAMOL não uma escola como aquela que conheciam e que não os orgulhava, querendo de toda a forma contrariar de verem perder os seus melhores alunos para os concelhos vizinhos. Afirmou que para as famílias percebia aquilo, pois também era pai, mas como lagoense não podia ficar satisfeito ao ver que os melhores alunos do concelho iam para as escolas vizinhas, e aquilo que tinham que fazer enquanto políticos, enquanto autarcas, era contrariar aquela realidade. O UARE foi um bom contributo e é com grande alegria que atualmente vê que já vêm de Albufeira, Portimão e outros concelhos estudar para Lagoa, precisamente porque vão mudando aquela filosofia e vão-se tornando mais atrativos também no secundário. Esclareceu que aquele projeto do centro escolar da Mexilhoeira da Carregação, surgia e tinha também aquela perspetiva de ser um espaço diferente, uma escola diferente, uma escola virada para as novas tecnologias de informação, criando uma necessidade diferente nos alunos e nas famílias, com a perspetiva de lhes dar uma continuidade, para que eles encontrassem no concelho de Lagoa aquela continuidade, não sentindo nunca a necessidade de terem que ir para uma escola do concelho vizinho para continuarem os seus estudos, sem problema algum com os concelhos vizinhos. Obviamente que as barreiras são apenas administrativas e percebem perfeitamente que há, sobretudo, um sentimento de região e são um país livre, não impedindo as barreiras administrativas os alunos e as suas famílias de estudarem onde querem e pretendem. Referiu que tinham aquela obrigação de potenciar os seus meios, as suas escolas, e pô-las a funcionar com aquele brio que os seus alunos também tinham que ter, serem lagoenses e terem aquele orgulho de continuar os seus estudos num concelho tão fantástico como aquele. Para além dos argumentos apresentados, declarou que aquele projeto também dotava aquele centro escolar de uma cantina em condições que atualmente não existia, uma biblioteca em condições que atualmente não existia e tinha também aquela particularidade de permitir a construção de um espaço de jogos que pudesse ser usufruído pelas crianças durante o tempo da escola e que fora do tempo da escola pudesse ficar ao serviço da população, porque na Mexilhoeira da Carregação têm o polidesportivo na ADR Quinta de São Pedro, mas que está um bocadinho já fora do centro, aquele centro histórico da Mexilhoeira da



Carregação, mas depois não têm nenhuma outra oferta desportiva que permita também a quem ali vive e vive muita gente ali também naquela zona, aliás esteve na origem por exemplo da separação das freguesias, das antigas freguesias de Estômbar e Parchal, foi precisamente na Mexilhoeira da Carregação e, portanto, merece que se faça aquele investimento, no sentido também de dotar de uma importante infraestrutura desportiva, até porque continuam empenhados em cumprir aquela missão de serem uma cidade ativa, uma cidade saudável, promovendo a prática das atividades físicas e desportivas da forma mais precoce possível, porque se não fosse a pandemia era o tema dos dias de hoje da OMS, estimular aquela atividade física, desportiva o mais precocemente possível, porque ao fim de muitos anos perceberam que é preferível trabalhá-la a montante do que a jusante, porque a jusante significa gastar muitos milhões de euros, muitos biliões de euros no mundo. Tendo em conta todos aqueles considerandos que apresentou, consideravam que aquela era uma obra que era importante fazer para Lagoa e, portanto, aquilo que fizeram foi corrigir aquilo que foram as imperfeições que o Tribunal de Contas considerou, aproveitando para explicar que quem apreciava aqueles projetos era um júri, não participando nele nenhum dos presentes, um júri com técnicos da autarquia, que entenderam, havendo duas propostas que chegaram à parte final da avaliação e que para um montante daqueles que ali estava, cerca de quatro milhões de euros, e a diferença entre uma e outra não chegava a cem mil, era um pouco mais que cem mil euros, mas havia uma proposta que no seu desenvolvimento implicava que as crianças durante grande parte da obra estivessem colocadas em contentores e que era a mais barata, cem mil euros mais barata e a mais cara desenvolvia todo o processo de obra, toda a frente da obra sem ter a necessidade de colocar as crianças em contentores. O júri, e na perspetiva do Presidente mas era a sua e pouco valia, porque era o júri que decidia nos termos da contratação pública, não era o Presidente da Câmara nem os vereadores, entendeu que fazia mais sentido e era muito melhor para as famílias e para as próprias crianças e para o desenrolar dos anos letivos que a obra se desenvolvesse, que não fosse necessário colocar as crianças nos contentores e, portanto, valorizaram aquela proposta que tinha aquela solução. O Tribunal de Contas olhando para tudo aquilo, se calhar bem, disse «tudo bem, eventualmente os senhores podem ter razão, mas o que está no contrato não pressupõe essa questão. Portanto, o bom senso aqui não se aplica», e o Presidente considerava uma doura decisão, não lhe cabendo a si julgá-la. O bom senso diria, vamos é escolher a melhor opção para os alunos da escola e aquela que tem menos impacto, mas não estava e, portanto, ali não havia bom senso, ficando a saber que no Tribunal de Contas o bom senso não tinha importância nenhuma e o que importava era aquilo que lá estava. Reclamaram, era um direito que lhes assistia num estado democrático como o do país, não foi atendido e estavam ali para apresentar a proposta corrigida daquela imperfeição que foi detetada pelo Tribunal de Contas.



Handwritten signature and initials in blue ink.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal, referindo que para além da proposta, desencadeou aquela questão do acórdão e fez logo uma apreciação sobre a decisão do Tribunal de Contas, uma questão que tinha ficado pendente. Afirmou que os deputados municipais tinham recebido na passada segunda-feira aquele elemento e que a Câmara o tinha providenciado atempadamente, só que efetivamente nos serviços ficou ali uns dias em repouso e só foi dado andamento na passada segunda-feira, pedindo desculpa aos senhores deputados municipais por não os ter habilitado com aquele instrumento, mas de facto revelou-se que era o mais adequado para o momento, uma vez que aquela discussão também era em torno da decisão e ajustamento daquela proposta de autorização do compromisso plurianual à decisão do Tribunal de Contas. Em seguida, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que aquele projeto tinha de facto aspetos positivos em que o PSD se revia, mas tinha alguns aspetos negativos, desde o início isso foi dito, nomeadamente o pôr de lado o atual edifício e optar por um edifício totalmente novo com os custos associados. Afirmou que tendo em conta que o projeto que estava em discussão era exatamente o mesmo na essência que vinha antes, o voto também era essencialmente o mesmo. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho**, disse que se mostraram justificáveis as suas insistências para conhecer a decisão do Tribunal de Contas, porque tomaram conhecimento, conheceram as matérias e naquela altura em que estavam a discutir aquele assunto sabiam do que é que estavam a falar, e a afirmação do senhor Presidente de que foram corrigidas as imperfeições que eram apontadas pela decisão do Tribunal de Contas, era importante saberem quais eram, porque efetivamente a questão central da decisão do Tribunal de Contas tem a ver com o plano de concurso e, portanto, aquela foi a questão central e considerava que efetivamente estava ferida de constitucionalidade ou de legalidade. Afirmou que era importante conhecerem as matérias e que a insistência por vezes quando se queriam documentos, era para saberem o que é que estavam a tratar e a falar e revelou-se importante, vindo atempada com a discussão daquele ponto. «Por vezes incomoda fazer perguntas, ou incomoda pedir documentos, mas percebam que é importante quando estão a discutir ou a abordar os assuntos, saberem o que é que estão a tratar».



Explicou que havia uma matéria relativa aos concursos que o preocupava e incomodava e não via contemplada na proposta, declarando que não tinha tido tempo nem para a ler nem para analisar, pois como deveriam calcular. Ler e analisar várias propostas em poucos dias era impossível, mas havia uma coisa que o incomodava e como esteve ligado a obras e concursos, havia coisas que achava que salvaguardava se fosse possível introduzir e, portanto, estava só a levantar à cautela. Incomodava-o porque de facto o concurso podia ser uma proposta de valor global, como estava, mas incomodava-o não verificar que não estava lá expresso que o concurso estava livre de erros ou omissões e aquilo podia ser acautelado no programa de concurso, assim como podia ser obrigatório que as empresas apresentassem as suas próprias medições da obra e aquilo também não estava contemplado. Disse que aquilo podia ser uma lacuna sua porque não conseguiu ler a documentação toda em exaustão, mas efetivamente estavam ali as medições do concurso que o município oferecia ao concurso, não estando uma obrigatoriedade de as empresas conferirem as suas próprias medições, porque seriam responsabilizadas assim com os valores que apresentavam e com as medições que apresentavam, não estando oneradas com aquela responsabilidade e na sua opinião aquilo podia dar azo em fase posterior a que viessem a alegar que efetivamente havia medições erradas no plano de concurso por um lado, e, por outro, a abordagens e a discussões que por vezes se poderiam tornar desagradáveis. Acha que o plano de concursos por vezes podia ser melhorado na salvaguarda dos interesses do município e que aquilo deveria ser acautelado no futuro. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que nada daquilo que tinha sido dito merecia um especial reparo, afirmando que confiavam na equipa técnica que tinham. É sempre possível e isso acontece com muita frequência, que as empresas que concorrem, peçam esclarecimentos, peçam correções e habitualmente isso depois é apreciado pelo júri e pela Câmara que é depois quem tem a capacidade, ou quem tem a competência para poder decidir. Informou o deputado Diamantino Ruivinho, que tal como o Presidente da Assembleia tinha dito, disponibilizaram os documentos em tempo útil e tiveram aquela preocupação. Aproveitou aquela oportunidade para dizer ao deputado que já tinha uma série de respostas, aliás já tinha algumas desde janeiro, às perguntas que colocou. Disse que na última Assembleia não o quis dizer, porque ficou surpreendido, não estavam ainda todas respondidas, que infelizmente ficaram presas no serviço, mas estavam lá as datas em que responderam e que muito em breve iria ter a resposta a todas as questões, tal como o Presidente havia afirmado na semana anterior. -----



F. J. M.

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o quarto ponto, **Apreciação e deliberação**, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de Empreitada de Ampliação e Alteração do Centro Escolar da Mexilhoeira da Carregação, pelo valor global de 4.118.982,81 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 5.000,00 € no ano de 2022; 2.071.864,26 € no ano de 2023 e 2.042.118,55 € no ano de 2024. -----

-----**Deliberação:** Aprovada com dezoito (18) votos a favor (PS 16 e MLP 2), quatro (4) votos contra (PSD 3, Chega 1) e duas (2) abstenções (BE 1 e CDU 1). -----

-----Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

-----Tomou a palavra a senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana, afirmando que fariam depois chegar a mesa a sua declaração de voto. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que agradecia que o fizessem no prazo de oito dias para a elaboração da ata. Na ausência de mais declarações de voto, passou-se **ao ponto quinto da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação**, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de Empreitada de Requalificação e Criação da Casa da Cidadania, pelo valor global de 1.316.399,27 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 73.133,29 € no ano de 2022; 877.599,52 € no ano de 2023 e 365.666,46 € no ano de 2024. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse que, respondendo afirmativamente a um repto que foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia, que presumia, ele para enriquecer um pouco mais o conhecimento daquela Assembleia e dos lagoenses que os acompanhavam, tinham ali naquele momento a chefe de divisão Sandra Generoso, bem como o técnico Paulo Lima, responsáveis pelo projeto. Explicou que eles iam ali fazer uma breve apresentação sobre a museografia daquele projeto, pedindo permissão ao Presidente da Assembleia para que os técnicos pudessem fazer a apresentação do mesmo. -----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em seguida concedido a palavra aos técnicos Sandra Generoso e Paulo Lima. -----

-----No uso da palavra concedida, a técnica Sandra Generoso cumprimentou todos os presentes e afirmou que iam também tentar ser muito breves, fazer ali só um breve enquadramento, começando por referir que o projeto da casa de cidadania é algo que a Câmara incumbiu os serviços que dirige desenvolver, procurando criar um espaço museológico que refletisse não só a sua história e a sua identidade, mas também fosse diferenciador, que refletisse também a estratégia sociocultural defendida pela Câmara Municipal, e naquele sentido, a decisão foi procurar dignificar um edifício municipal que marca o exercício da cidadania no concelho de lagoa, o antigo paços do concelho, o espaço onde a Câmara teve a sua sede de exercício da administração do território ao longo de dois séculos. A partir dali e considerando a preocupação com matérias como a educação para a cidadania, os direitos humanos e a igualdade de género, áreas em que o município é reconhecido ao nível de boas práticas, era importante para a Câmara trabalhar também aquelas questões num projeto museológico. Partilhou com os presentes que naquele dia esteve, em partilha com a Câmara de Évora naquelas matérias, a apresentar as boas práticas de Lagoa, assim como a sua experiência naquela matéria. Em seguida, afirmou que houve também a preocupação da construção de uma cidade educadora, inclusiva, ativa, sustentável, em que importava não só preservar e trazer à memória a construção histórico-administrativa daquele concelho, como também dar visibilidade aos homens e mulheres que contribuíram para aquilo que eram no momento e que os inspiraram para a definição da direção daquilo que queriam, qual a direção que queriam tomar no futuro. Disse ainda que aquele projeto encontrava a sua maturação na apresentação do projeto de arquitetura e museografia, numa altura em que também se preparavam para comemorar os duzentos e cinquenta anos de fundação do concelho, pelo que pensavam que era bastante atual e pertinente. Antes de terminar a intervenção, afirmou que iria passar a palavra ao consultor científico e antropólogo Paulo Lima para ele enquadrar melhor o projeto, explicando a questão da museografia associada ao mesmo. -----

-----No uso da palavra concedida, o consultor Paulo Lima cumprimentou todos os presentes e disse que não só para ele, como também para o projeto e equipa, era um privilégio poder estar ali no dia em que se comemoravam vinte e um anos da elevação de Lagoa a cidade e também num momento em que se preparavam as comemorações para os duzentos e cinquenta anos da formação do concelho de Lagoa, explicando que o que falavam era da reabilitação ou requalificação de um edifício fundamental para a história administrativa e política do município, do concelho, porque a sua inauguração em 1871 respondeu a uma ansiedade muito grande que vinha desde 1773 que era a



vontade dos lagoenses, era ter um edifício que fosse e que pudesse ter a Câmara, e aquilo devia-se a um lagoense de uma biografia extraordinária que era o João Bentes Castelo Branco, que infelizmente no ano em que inaugurou a Câmara também veio a falecer, mas era uma obra sua. Afirmou que aquele projeto era acima de tudo um edifício que ficou transformado numa área de serviços quando foi feita a nova Câmara, era voltar a colocá-lo dentro daquilo que era o pensamento administrativo e o pensamento estratégico aos níveis da cultura e da intervenção de Lagoa. Aquilo que se pretendia ali era, antes de mais, requalificar e reabilitar o edifício, podendo as duas coisas ser partilháveis naquele projeto, já que, por um lado, queriam recuperar alguma traça interior que se perdeu ao longo dos anos no edifício, em particular na década de oitenta quando ele sofreu uma obra bastante grande, para que no fundo ele pudesse fazer face àquilo que eram as exigências na década de oitenta de uma nova Câmara, surgida depois do 25 de Abril e dotá-lo de um conjunto de espaços onde aquilo que era pensado como espaço central, era a sala de sessões, o salão nobre da Câmara, que é na parte de cima. Mas para chegarem a tudo aquilo e pensa que os deputados conheciam o projeto, houve antes de mais um estudo muito rigoroso daquele edifício que permitiu perceber que o edifício tem dois módulos, um módulo que é a capela Nossa Senhora de ao pé da Cruz, que continua lá, que é no fundo um módulo que está a norte e depois o módulo de 1860, que é o módulo a sul. E aqueles dois módulos são muito interessantes, porque, por um lado, percebem como é que a capela no século XVII era construída e fizeram um conjunto de abrirem nas caixas de muralhas um conjunto de janelas, para perceber como é que o edifício tinha sido pensado e depois as soluções que encontraram em finais dos anos cinquenta do século XIX. Explicou que o que resolveram ao nível do projeto, foi antes de mais e após um estudo muito rigoroso, pensar como recuperar e como requalifica-lo para um conjunto de direções estratégicas, que eram aquelas que no fundo a Dra. Sandra Generoso e a Câmara tinham vindo a construir nos últimos anos, sendo de facto projetos ímpares em torno da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, da igualdade de género, ou seja, é um edifício pensado para aquela estratégia e a sua museografia no fundo obedecia àquilo, ou seja, a construção de um conjunto de módulos que pudessem no fundo responder a que, o que é o concelho, o que é um conjunto de figuras e como é que elas contribuíram não apenas local, mas nacionalmente, para a construção daquilo que hoje chamam e têm como democracia, e por fim haver um espaço muito importante, que lhes parece muito importante, para explicar o que é uma Câmara e por fim o lugar que é aquilo que veio assistir, que é o debate em prol do presente e do futuro do concelho. E aquele era no fundo o discurso que queriam ali construir, pensar também que aquele espaço físico, a sua reabilitação, a sua requalificação obedeciam também e era isso que estava a ser construído por toda a equipa, a um conjunto de estratégias que tinham a ver não apenas com o espaço digital, mas também com a construção de



estratégias culturais, estratégias de intervenção cívica e mediação com as escolas e outros públicos. Aquele era no fundo o projeto que ali tinham. Posteriormente explicou como iria estar o edifício, dizendo que quem o visitasse entraria no rés-do-chão no módulo a sul, o que seria a antiga primitiva entrada da capela e numa sala que iria ser toda limpa, poderia encontrar o que é atualmente o município de Lagoa. Na parte de baixo, iriam falar sobre três ou quatro figuras de Lagoa e como é que elas contribuíram para a construção do Portugal de hoje e do Portugal de futuro. No primeiro andar teriam uma sala que explicaria o que era a Câmara, uma outra onde teriam a sala do tesouro, ou seja, aqueles objetos que fazem parte da própria história do município, e um espaço para exposições temporárias, muito dedicada à imagem, fotografias, já na continuidade do trabalho que fizeram há dois anos, que é os política-imagem e por fim, a reabilitação da sala de sessões com toda a dignidade. Iria também haver um módulo que seria a norte, onde seria o centro de documentação, projeto onde se tem vindo a investir brutalmente e que iria fazer repensar não apenas a história de Lagoa, mas também a história de todo o Sul. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu aos técnicos pela precisão e concisão da explicação, pois deram-lhes um esclarecimento importante e que certamente foi uma primeira apresentação que julgava que poderia ajudar a esclarecer algumas questões que viessem a ser suscitadas no decurso da discussão. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que do ponto de vista técnico estava explicado e do ponto de vista político também, sendo uma opção que vinha do mandato anterior e, portanto, se houvesse alguma questão estaria disponível para esclarecer. Foi uma opção que tinha sido tomada ainda no mandato anterior, já teve as aprovações, estando inscrita no seu orçamento e nas grandes opções do plano. Esclareceu que aquele era um procedimento para naquela última fase avançarem para a obra. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita**. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, declarou que aquela era uma questão complicada, estando obviamente ali em causa a aprovação da despesa, mas mais do que isso estava em causa para que é que a despesa iria ser feita. Referiu que era complicado porque «o PSD e eu continuo a referir-me a mim próprio, tento sempre não cair naquela tentação muito comum de ser contra, porque é qualquer coisa de novo e nós com o novo temos



sempre uma certa resistência». Mas o que estava ali em causa eram duas outras coisas, uma era a falta de informação por uma obra demasiado importante para ter tão pouca informação. Não porque os técnicos que ali a vieram apresentar não tivessem feito um bom trabalho, mas porque o deputado achava que a Assembleia Municipal, e sentia particularmente falta disso, precisava de ver mais e saber mais. Por exemplo quando se diz que se vai limpar o rés-do-chão, fica com dúvidas se a escadaria de acesso que lá existe vai ser suprimida também ou não, se alguns dos elementos que compõem e tiveram lá momentos vão ser suprimidos ou não, e isto é particularmente importante porque quando vão reabilitar e não sendo propriamente um especialista na matéria, mas dos contactos que tem tido com aquela realidade, acha que quando vão reabilitar um edifício, uma área, têm sempre duas perspectivas, ou vão pô-la como ela foi inicialmente e depuram tudo, ou vão prestar uma homenagem áquilo que é o percurso histórico daquele edifício e, portanto, deixando elementos que, ainda excêntricos em relação a um elemento essencial, são elementos que marcam a história e a parte daquele edifício. Obviamente que olhando para a fachada daquele edifício, viam que havia ali intervenções em muitos momentos, sendo umas mais felizes que outras, não deixando de marcar um tempo e um percurso e quando se suprimia tinha que se ter consciência de não se estar a apagar um elemento importante para valorizar um outro, que podia não ser tão importante assim. Referiu por um lado que uma vez que o grupo municipal do PSD não tinha aquela informação, não podia conceder aquela certeza, e que por outro, que tanto quanto lhe foi dado saber, existia um elemento exterior de intervenção que ocuparia pelo menos parte daquele jardim que ficava a nascente do edifício e não viu aquela representação, não tendo noção do impacto que podia ter, «é uma zona sensível e perdoem-me a crueza, mas depois da asneira que foi a rua vermelha, não gostava de ver mais asneiras daquelas em Lagoa». Esclareceu que por desconhecimento, ou por falta de informação, não podiam sindicar aquele projeto enquanto tal, visto que se era importante valorizar Lagoa, os lagoenses e o percurso cívico, se naquele momento a museologia passava por novas vertentes digitais e de captação de interesse, era preciso criar um espaço que fosse permanentemente interessante para os lagoenses, aproveitando quem vinha de fora e interagindo com outros elementos que tinham, «ser um elemento de captação de pessoas para virem à cidade, porque temos muitas vezes umas dezenas de milhares de estrangeiros por aí e não vêm conhecer Lagoa». Acha que têm que criar mecanismos e atrativos para que venham à cidade, mas podem perfeitamente conjugar modernidade e passado, só que não tem a informação para ter a certeza de que se revê naquele projeto e a bancada do PSD corrobora e tem aquela mesma impressão, e não tendo aquelas certezas, não podem subscrever nem corroborar, desejando, porque têm consciência do que vale o seu voto, que o projeto seja bastante melhor do que os seus piores receios em termos do impacto e daquilo que possa representar em termos de perda.



Disse que ele pessoalmente enquanto lagoense gostaria muito de poder dar os parabéns ao Presidente e à Câmara por o projeto ser melhor do que a sua expectativa, apesar da mesma não ser grande coisa naquele momento. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Barroso Alves Pinto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Barroso Alves Pinto** afirmou que tinha alguns pontos em comum com a declaração do deputado Joaquim Cabrita, nomeadamente o desconhecimento completo do projeto. Quando se fala numa intervenção dentro de um edifício com aquelas características construtivas e que segundo ouviu há paredes para deitar abaixo, outras para alargar, outras para recuperar, é um projeto complicado. Disse que como não conhecia o projeto, a posição do seu grupo municipal iria ser de abstenção. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que iria procurar ser sintético pelo adiantado da obra, começando por dizer ao deputado Joaquim Cabrita que ia trabalhar juntamente com a sua equipa e com os técnicos para fazerem-no mudar de ideias e que no final do processo lhes viesse dar os parabéns de que, de facto, aquele projeto era para marcar um tempo e um percurso, porque às vezes é preciso marcar um tempo e um percurso. O nosso concelho no próximo ano vai fazer duzentos e cinquenta anos. Disse que achava que era um número redondo e um número de tão grande importância que merecia, de facto, ser assinalado com aquela distinção que o mesmo merecia. Referiu que tinham aquela preocupação e aquilo sempre esteve presente naquilo que era o trabalho que tinham vindo a fazer de conjugar aquele respeito pelo passado dos lagoenses que construíram, que primeiro tiveram aquela ousadia, a coragem de separar do termo de Silves, porque efetivamente reconheciam que tinham pouco a ver com Silves e também tiveram o discernimento de também não se agregarem ao município que estava do outro lado, aos seus vizinhos que estavam do outro lado do rio e assim criarem aquela identidade própria que era Lagoa e aquele era o desafio que aquela senhora e aquele senhor que ali estavam tinham e foi isso que desde a primeira hora lhes disseram, de conjugar o respeito e darem a conhecer aquele nobre passado que tinham, mas naquela perspetiva de modernidade e lançando o município, no mínimo, para os próximos duzentos e cinquenta anos que aí vinham. Disse ainda e aquilo também já tinha sido partilhado, porque aquele projeto também já tinha sido inicialmente apresentado em 2018 que o



objetivo continuava a ser o mesmo, que a casa da cidadania que é um projeto museográfico diferente tenha também aquela capacidade, de atrair num concelho eminentemente turístico, que recebe tantos milhares de visitantes e que, de facto, a cidade, o seu centro, tem pouca importância do ponto de vista turístico e queriam de alguma forma contrariar aquilo e trazer também pessoas, trazer turistas para o centro da cidade, seguramente que o comércio local agradecia e aquele projeto museográfico podia ser muito importante. Afirmou que aquele projeto era também o início, o centro de um roteiro museográfico que ia ao Calvário, à Mexilhoeira, a Ferragudo, a Carvoeiro, a Porches e à adegas cooperativa e o senhor deputado Alves Pinto sabia do que é que o Presidente estava a falar, porque partilharam aquilo enquanto esteve na Câmara e era naquele sentido que estavam a trabalhar. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o quinto ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público de Empreitada de Requalificação e Criação da Casa da Cidadania, pelo valor global de 1.316.399,27 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 73.133,29 € no ano de 2022; 877.599,52 € no ano de 2023 e 365.666,46 € no ano de 2024. -----

-----**Deliberação:** Aprovada com dezasseis (16) votos a favor do PS, quatro (4) votos contra (PSD 3, Chega 1) e quatro (4) abstenções (MLP 2, BE 1 e CDU 1). -----

-----Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- Tomou a palavra a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**, afirmando que à semelhança das anteriores, fariam depois chegar a mesa a sua declaração de voto. -----

-----Na ausência de mais declarações de voto, passou-se ao **ponto sexto da ordem de trabalhos - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público, com publicação no JOUE, para Aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para os edifícios e equipamentos pertencentes ao Município de Lagoa, pelo prazo de 3 anos, no valor global de 3.658.238,94 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo de 609.706,49 € no ano de 2022; 1.219.412,98 € no ano de 2023; 1.219.412,98 € no ano de 2024 e 609.706,49 € no ano de 2025.** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta, apelando ao seu espírito de síntese. -----



-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** pediu mais um bocadinho de tempo ao Presidente da Assembleia Municipal porque achava que era importante dar mais uma informação àquela Assembleia, começando por referir que era um procedimento concursal por trinta e seis meses, sendo um plurianual e por isso é que ali estava. Achava que naquela matéria da energia elétrica, era importante dar um sinal, uma explicação porque isso também já tinha sido ali abordado noutras assembleias, afirmando que aquela era uma questão transversal a todos os municípios no país e muito provavelmente em muitas outras regiões da Europa. A energia elétrica está a sofrer aumentos brutais, é uma pressão enorme que está colocada sobre empresas, sobre os cidadãos e autarquias. Referiu que traziam ali aquele procedimento para irem ao mercado, mas queria dar ali aquela informação àquela Assembleia, que estavam a trabalhar quer naquela matéria dos equipamentos municipais, dos edifícios, bem como na questão da iluminação pública, de poderem, os serviços jurídicos da Câmara estavam a acompanhar aquele tema e o Presidente queria partilhar aquilo com os presentes, não tendo nenhuma conclusão de poderem aplicar aquilo que estava previsto na portaria trezentos e quarenta e oito de 2017, que era poderem abandonar o mercado livre e voltar ao mercado regulado, onde os preços são efetivamente muito mais baixos e sobretudo mais estáveis. Era naquele sentido que estavam a trabalhar, a aprovação daquele compromisso plurianual não impedia em nada aquele trabalho que estavam a fazer. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto. Não se tendo registado qualquer intervenção procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o sexto ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público, com publicação no JOUE, para Aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para os edifícios e equipamentos pertencentes ao Município de Lagoa, pelo prazo de 3 anos, no valor global de 3.658.238,94 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo de 609.706,49 € no ano de 2022; 1.219.412,98 € no ano de 2023; 1.219.412,98 € no ano de 2024 e 609.706,49 € no ano de 2025. -----

-----**Deliberação:** Aprovada com vinte e três (23) votos a favor (PS 16, MLP 2, PSD 3) e uma (1) abstenção do Chega. -----

-----Na ausência de declarações de voto avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

7º. Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações e Televisão para o



Município de Lagoa, no valor global de 264.218,77 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 58.715,29 € no ano de 2022; 88.072,92 € no ano de 2023; 88.072,92 € no ano de 2024 e 29.357,64 € no ano de 2025. -----

-----José Manuel Correia Água da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação afirmou de forma muito sintética que naquele procedimento, naquele plurianual e por isso estava ali naquela Assembleia, estava tudo o que eram comunicações, redes fixas, redes móveis e internet e tudo aquilo que naquele momento a modernidade trazia, tudo aquilo que estava dentro daquela área. Deixou um reparo para que não fossem mal-entendidos que não lhe parecia muito feliz estar ali explicitado serviços de comunicação e televisão, podendo dar ali uma ideia errada que estariam a montar televisões nos serviços administrativos da Câmara. Os fornecedores de comunicação são também os fornecedores do sinal de televisão e, portanto, como precisam no município de ter televisão nos seus equipamentos da educação, desportivos e culturais, têm também que acrescentar ali o serviço de televisão. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se se referia a redes. -----

-----Luís António Alves Encarnação, Presidente da Câmara Municipal, informou tratar-se de tudo o que era referente àquela questão das redes- redes, dados. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o sétimo ponto, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações e Televisão para o Município de Lagoa, no valor global de 264.218,77 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 58.715,29 € no ano de 2022; 88.072,92 € no ano de 2023; 88.072,92 € no ano de 2024 e 29.357,64 € no ano de 2025. -----

-----**Deliberação:** Aprovada com vinte e três (23) votos a favor (PS 16, MLP 2, PSD 3, CDU 1 e BE 1) e uma (1) abstenção do Chega. -----



-----Não se tendo registado declarações de voto, a Mesa propôs, como habitualmente, que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto do Art. 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do Art. 57º n.º 3 do anexo 1 da Lei 65/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato para leitura da ata em minuta. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta:

«Os trabalhos abriram às vinte e uma horas e seis minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, saudando todos os presentes, nomeadamente o senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistam à sessão através das plataformas digitais Youtube e Facebook do município, bem como na Lagoa TV. Tendo sido esclarecido que os cidadãos que intervenham nas sessões transmitidas devem no início da sua locução manifestar autorização à Assembleia Municipal a utilização dos registos de imagem, som e voz para efeitos de gravação áudio da sua intervenção, para efeitos de transmissão em streaming. Saudação e agradecimentos aos técnicos e demais colaboradores do município que nos assistem nesta sessão e asseguram a sua transmissão em direto. De seguida foram lembrados a todos os presentes todas as recomendações, quer de âmbito de prevenção da pandemia que ainda nos assola, quer de forma a garantir o bom decorrer dos trabalhos, bem como a recolha áudio, sendo esclarecido que a gravação em suporte áudio destina-se a apoio e elaboração da ata. Período de intervenção dos cidadãos. O senhor Presidente da Assembleia informou que de acordo com os prazos previstos, não deram entrada nos serviços nenhuma intenção de intervenção. Foi ainda esclarecido que fora dos timings previstos deu entrada uma intenção de intervenção que de acordo com os normativos do artigo trinta e seis número dois não se enquadrava nos temas que constam da ordem do dia nesta sessão extraordinária. Segundo, Período da Ordem do dia, foram informados das substituições dos senhores deputados municipais, foram solicitados três pedidos de substituição, uma por parte do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, uma por parte do grupo municipal do Partido Socialista, uma por parte do grupo municipal do Chega, bem como se verifica a substituição do senhor vereador Francisco Martins do Movimento Lagoa Primeiro pela senhora vereadora Rita Ruivinho. O Presidente da Assembleia Municipal informou e suscitou esclarecimentos para situações de substituições futuras ao Partido Chega, uma vez que a mesa foi informada pelo senhor deputado Cláudio Rodrigues que já não pertence nem representa o Partido



[Handwritten signature]

Chega. 1º. Ponto da ordem de trabalhos, primeira revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2022. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Aberto período de análise e debate, verificaram-se sete intervenções, duas por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita, três por parte do grupo municipal do PS, uma do senhor deputado Joaquim João e duas do senhor deputado municipal Carlos Ramos, duas por parte do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro, senhor deputado municipal Diamantino Ruivinho. O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para as respostas e esclarecimentos às questões suscitadas, tendo-o efetuado por dois momentos. Face à ausência de mais intervenções, o ponto foi colocado à votação e o primeiro ponto foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS e 1 do grupo municipal Chega, 7 votos em abstenção, 2 do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do grupo municipal do PSD, 1 do grupo municipal do Bloco de Esquerda e uma do grupo municipal da CDU. Foi apresentada uma declaração de voto por parte do grupo municipal do PS, o grupo municipal do PSD referiu o seu envio posteriormente. 2º. Ponto da ordem de trabalhos, composição do júri e recrutamento de cargo de direção intermédia em segundo grau de divisão de obras. O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate e face à ausência de intervenções de intervenção, o ponto foi colocado à votação, tendo o segundo ponto da ordem de trabalhos sido aprovado por unanimidade, com 24 votos a favor. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 3º. Ponto da ordem de trabalhos, autorização, contratação de empréstimo bancário para a aquisição do pavilhão do Arade. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate, verificaram-se seis intervenções, duas por parte do grupo municipal do PSD, uma por parte do senhor deputado municipal Joaquim Cabrita, uma por parte do senhor deputado municipal José Inácio Eduardo, uma por parte do grupo municipal da CDU, deputado municipal João Cabrita, uma por parte do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal Diamantino Ruivinho, uma por parte do grupo municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos e uma por parte do grupo municipal do PS, deputado municipal Luís Ribeiro, e face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara para respostas e esclarecimentos a questões suscitadas. O ponto terceiro da ordem de trabalhos foi colocado à votação e foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS, 2 do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro e 3 do grupo municipal do PSD, 1 voto contra do grupo municipal Chega e 2 votos em



abstenção do grupo municipal do Bloco de Esquerda e grupo municipal da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 4º. Ponto da ordem de trabalhos, autorização prévia para o compromisso plurianual de concurso público e empreitada, ampliação e alteração do centro escolar da Mexilhoeira da Carregação. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal elucidou que relacionado com o ponto e referente ao parecer do Tribunal de Contas que foi atempadamente enviado pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal e que embora com algum atraso, mas conforme combinado já foi divulgado por todos os deputados municipais. Abrindo período de análise e debate, verificaram-se duas intervenções, uma por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita e uma por parte do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões suscitadas. Posto à votação, o quarto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com 18 votos a favor, 16 do grupo municipal do PS e 2 do grupo municipal Movimento Lagoa Primeiro e 4 votos contra, 3 do grupo municipal do PSD e 1 do grupo municipal Chega e 2 votos em abstenção, um do grupo municipal do Bloco de Esquerda e 1 do grupo municipal da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada, tendo o grupo municipal do PSD referido que procederia ao seu envio posteriormente. 5º. Ponto da ordem de trabalhos, autorização prévia ao compromisso plurianual de concurso público e de empreitada de requalificação e criação da casa da cidadania. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, que delegou na chefe de divisão, Dra. Sandra Generoso e no técnico Dr. Paulo Lima. O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação sucinta e esclarecedora e abriu o período de análise e debate. Verificaram-se duas intervenções, uma por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita e uma por parte do grupo municipal do Movimento Lagoa Primeiro, deputado municipal José Alves Pinto, e face à ausência de propostas, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões suscitadas. O ponto foi colocado à votação, tendo o quinto ponto da ordem de trabalhos sido aprovado por maioria com 16 votos a favor do PS, com 4 votos contra, 3 do grupo municipal do PSD, 1 do grupo municipal do Chega e 4 votos em abstenção, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, um do grupo municipal do Bloco de Esquerda e 1 do grupo municipal da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada, tendo o grupo municipal do PSD referido que procederia ao seu envio posteriormente. 6º. Ponto da ordem de trabalhos, autorização prévia do compromisso plurianual de concurso público à aquisição de energia elétrica para equipamentos do município. O senhor Presidente da Assembleia Municipal



deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, o senhor Presidente abriu o período de análise e debate, face à ausência de intervenções, o ponto foi colocado à votação, tendo o sexto ponto da ordem de trabalhos sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 16 do PS, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU e 1 voto em abstenção do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. 7º. Ponto da ordem de trabalhos, Autorização prévia do compromisso plurianual de concurso público à aquisição de serviços de comunicação e televisão para o município. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. O senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise de debate, verificando-se uma intervenção por parte do grupo municipal do PSD, deputado municipal José Inácio Eduardo que foi esclarecida pelo senhor Presidente da Câmara e o ponto foi colocado à votação, tendo o sétimo ponto da ordem de trabalhos sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 16 do PS, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da CDU e 1 voto em abstenção do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Por volta das vinte e três e quarenta e quatro terminou a sessão». -----
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se haveria pedidos de intervenção para alguma retificação, reparo ou correção à ata apresentada pelo senhor Secretário. Na ausência de pedidos de intervenção sobre a matéria, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Encerrou a sessão, agradecendo a todos os Deputados Municipais a sua presença, espírito colaborativo e paciência para debaterem um instrumento daquela grandeza naquele espaço de tempo, desejando uma boa noite. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Correia Águas da Cruz



O 1º Secretário,

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2ª Secretária,

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes



ANEXOS



Declaração de Voto

O Grupo Municipal do Partido Socialista depois de analisar a 1ª Revisão ao Orçamento e as GOP'S de 2022 apresentado pela Camara Municipal, que tem por base, realizar os ajustamentos necessários à transferência orçamental dos cabimentos e compromissos assumidos pelo executivo, verificou que a mesma tem como justificação, a necessidade do executivo incorporar no orçamento de 2022, o aumento de receita global, e consequentemente o aumento da despesa global do orçamento Municipal.

As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento inicial à execução orçamental que justificam essas alterações, pois no decurso da execução orçamental, ao longo do ano, torna-se necessário efetuar alterações não previsíveis às verbas iniciais no orçamento.

Neste contexto, a 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 que a Câmara Municipal nos apresenta, tem por base a revisão ao orçamento inicial nas rúbricas do aumento da receita e do aumento da despesa, assim como a revisão às Grandes Opções do Plano, nomeadamente, no Plano Plurianual de Investimentos – reforço para 2022 e, para os anos de 2023 e 2024. Nas atividades mais relevantes com o reforço de 2022, e para os anos seguintes de 2023 e 2024.

Dentro desta conjuntura, o Município fundamenta esta 1ª. Revisão Orçamental no facto de dar resposta e cumprimento ao compromisso assumido com os Lagoenses, nomeadamente, na habitação, no apoio às empresas e aos empresários do concelho, no apoio aqueles que mais precisam, às famílias e às IPSS's, pretendendo também continuar a investir em áreas fundamenais do "Estado Social", tais como, a educação, a cultura, a ação social, e o desporto, preparando assim o concelho para o regresso ao seu dinamismo abrandado com o aparecimento da pandemia Covid_19.



PS

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagoa

Também, esta 1.ª Revisão, irá permitir ao executivo seguir a estratégia definida, em que as pessoas e os Lagoenses estão sempre em primeiro lugar, e tem como objetivo realizar um forte investimento na habitação social, e na habitação a custos controlados, tal como reforçar o serviço de ação social, nomeadamente, o Fundo de Emergência Social, a Atribuição de Incentivo à natalidade, o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento para as Famílias mais Carenciadas, reforçar o Gabinete de Inserção Profissional, bem como reforçar os apoios ao tecido empresarial, e às pequenas e médias empresas, assim como aos empresários, e em nome individual. Permitirá também reforçar o investimento no saneamento e no abastecimento de água, bem como cuidar do espaço público tão importante para os que cá estão e também para aqueles que nos visitam, e no investimento em infraestruturas que são prioritárias para o desenvolvimento e recuperação económica do nosso concelho que fundamentalmente vive do turismo.

Pela análise dos documentos, verifica-se uma lógica de continuidade que se pauta pelo rigor, pela transparência e pela seriedade, o que irá permitir ao Município de Lagoa continuar a apresentar as finanças municipais equilibradas e sustentáveis a médio e a longo prazo.

Também foi analisado, que nos termos legais, esta revisão orçamental acompanhou o novo regime do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública – SNC-AP.

Assim, face ao que foi exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará favoravelmente a 1.ª Revisão Orçamental e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, apresentado pelo executivo da Câmara Municipal de Lagoa.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Lagoa, 19 de Abril de 2022

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



PS

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagoa

[Handwritten mark]

Elsa Mendes

Elsa Mendes

Carlos Manuel dos Reis Ramos

Carlos Ramos

Joaquim João Lopes Paulo

Joaquim Paulo

Joaquim Varela

Joaquim Varela

José Manuel Correia Águas da Cruz

José Manuel Correia Águas da Cruz

Luís Filipe Santos Alberto

Luís Filipe Santos Alberto

Luís José Soares Bentes

Luís José Soares Bentes

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

Pedro Alexandre T B de Souza Lobato

Pedro Alexandre T B de Souza Lobato

Ricardo Silva

Ricardo Silva

Tiago Lopes

Tiago Lopes

Vitor Manuel Grade Martins Sobral

Vitor Manuel Grade Martins Sobral

Sonia Silva

Sonia Silva

Licinia Lourenço

Licinia Lourenço

Vitor Santos

Vitor Santos

